Visão combina comigo

caixa

Relatório & Contas

2011

Caixa Económica de Cabo Verde

Índice

Órgãos Sociais 4
Direcções e Rede Comercial 5
Carta do Conselho de Administração 8
Principais Indicadores 11
1. Considerações Gerais 12
1.1. Enquadramento das actividades 12
1.2 Principais Aspectos Institucionais 17
2. Síntese da Actividade 18
3. Actividade Bancária 20
3.1. Depósitos 20
3.2. Créditos 22
3.3. Crédito e Juros Vencidos 24
3.4. Actividades Financeiras 25
4. Outras Actividades 26
4.1. Recursos Humanos 26
4.2. Gestão de Riscos 30
4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos 31
4.4. Organização e Qualidade 33
4.5. Instalações 34
4.6. Marketing 34
4.7. Novos Canais Electrónicos 35
4.8. Relações com os Emigrantes 36
4.9. Relações Internacionais 36
4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social 38
5. Análise da Rendibilidade 39
5.1 Resultados do Exercício 39
5.2 Rendibilidade e Eficiência 42
5.3 Rácios Prudenciais 42
5.4 Provisões e Imparidade 43
5.5 Créditos e Juros Vencidos 44
6. Proposta de Aplicação de Resultados 44
7. Notas Finais 46
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 47

Visão combina comigo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal..... 49
RELATÓRIO DE AUDITORIA..... 50

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira *(INPS*)
Vice-Presidente	António Manuel Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (*INPS)*
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes *(INPS)*
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos *(CCV)*
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Nuías Mendes Barbosa da Silva
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes *(IMPAR)*

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz *(CCV)*
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro *(IMPAR)*
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos *(INPS)*

Comissão Executiva

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos *(CCV)*
Vogal	Nuías Mendes Barbosa da Silva

Direcções e Rede Comercial

Direcção Financeira e Internacional	Emanuel Évora Gomes Director
Direcção de Informática e Comunicações	Jorge Henrique Lima Director
Direcção Comercial Norte	Manuel Henrique Almeida Director
Direcção Comercial Sul	Maria Júlia do Rosário Ferreira Directora
Direcção Administrativa e Recursos Humanos	Celia Santos (Ricardina Andrade – até 4 Julho) Directora
Direcção Operacional	Manuel Sanches Tavares Júnior Director
Direcção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes Director
Gabinete de Acompanhamento de Crédito	Emanuel Andrade Semedo Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso Coordenadora
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz Coordenador
Gabinete de Organização, Estudos e Projectos	Célia Maria Barreto Santos Coordenadora
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima Coordenadora
Gabinete de Função Compliance	Ariana Ribeiro Coordenadora
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Diva Vieira Coordenadora
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Melo (a partir de Junho) Coordenador
Gabinete de Segurança	Abel Cardoso (a partir de Junho) Coordenador

Agência da Fazenda	Denise Santos Gerente
Agência do Plateau	Katia Antunes Gerente
Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo Gerente
Agência Achada de Santo António	Amilcar Almeida Gerente
Agência dos Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente
Agência de Santa Maria	Carla Carvalhal Gerente
Agência do Aeroporto Amilcar Cabral	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente
Agência de Mindelo	Águeda Cardoso da Graça Gerente
Agência de Monte Sossego	Alcídia Ramos Gerente
Agência da Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado Gerente
Agência de Palmarejo	Maria Manuela Garcia Gerente
Agência de S. Filipe (Fogo)	Arlindo Barbosa Vicente Gerente
Agência da Calheta de S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo Gerente
Agência do Aeroporto da Praia	Katia Antunes Gerente
Agência do Sucupira	Denise Santos Gerente
Agência de Achada S. Felipe (Praia)	Eurizandra Semedo Sub-Gerente
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa Gerente
Agência de Fonte Cónego	Alcidia Ramos Gerente

Agência do Coculi	Manuela Maria Santos Delgado Gerente
Agência do Paúl	Manuela Maria Santos Delgado Gerente
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida Gerente
Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida Gerente
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva Gerente
Caixa Empresas	Tatiana Barbosa Gerente
Agência dos Mosteiros	Arlindo Barbosa Vicente Gerente
Agência de Porto Novo	Armindo Luz Gerente
Agência do Maio	Carlos Martins Gerente
Agência de Rª Brava	Jose Moreno Gerente
Agência Tarrafal (São Nicolau)	José Moreno Gerente

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., não obstante os reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana, conseguiu durante o exercício económico de 2011 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente satisfatórios que permitem perspectivar um crescimento robusto e equilibrado da sua actividade para o futuro.

O aumento dos Resultados Líquidos do exercício em 14,2% face a 2010, o crescimento em 6,7% dos Capitais Próprios e a manutenção do seu Rácio de Solvabilidade em 13,5% provam este desempenho.

No respeitante às actividades, a Caixa viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 14,6%, para atingir os 42.096 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento de 22,7% verificado na Carteira de Crédito Líquido.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da actividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2009-2012, o qual definiu três objectivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Accionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Atingir uma quota de mercado combinada de 33,3% em créditos e depósitos; 3) Estender a cobertura territorial a todas as ilhas do país.

Para a prossecução dos objectivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Qualidade, Inovação, Proximidade e Liderança. No quadro do Plano Estratégico e dos

eixos atrás referidos, as actividades da Caixa e a implementação do seu plano de modernização perseguiram três objectivos definidos para 2011: Melhoria da Qualidade, Melhoria do Controlo e Melhoria dos Resultados.

Assim, e na sequência da nova Estrutura Orgânica implementada em 2009, cuja concepção obedeceu ao princípio de separação das actividades em áreas de negócios, riscos e de suporte operacional, prosseguiu-se com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projectos que fazem parte da agenda do mandato em curso.

Neste âmbito, prosseguiu-se com a implementação do projecto "Uma Só Caixa", nomeadamente, a componente Identidade Corporativa, mas também, com as obras da construção da Sede Social, cujo cronograma de execução conheceu um atraso de cerca de 16 meses. A sua conclusão prevê-se para finais do primeiro semestre de 2012. Esta infra-estrutura vai contribuir não só para elevação da imagem da Caixa, mas, sobretudo, para gerar enormes ganhos de eficiência,

Com a implementação paulatina dos projectos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspectivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico para Cabo Verde para o próximo ano, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, estamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2012, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam.

Estamos, pois, em crer que as medidas e acções materializadas em 2011 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas, tecnológicas, mas também dos processos de negócios e estrutura organizacional e, ainda, na aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus accionistas, trabalhadores, sociedade e para o próprio país, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Accionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

Vice - Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal - Nuías Mendes Barbosa da Silva

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal - Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes

Principais Indicadores

Quadro I - PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidades	2010	2011
1. Dimensão			
- Activo Líquido	Contos	36.729.205	42.090.552
Variação	%	11,8	14,6
- Recursos Próprios (Capital+Reservas+Resultados)	Contos	3.325.780	3.549.658
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Contos	28.308.840	34.746.969
- Recursos de Clientes	Contos	31.911.402	35.957.992
- Trabalhadores	Nº	260	272
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	33	33
- Agências	Unidades	29	29
- Delegações nos Correios	Unidades	4	4
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	378.942	432.678
- Cash Flow do Exercício	Contos	961.895	966.276
- ROA (Resultado Líq/Activo Líq Médio)	%	1,09	1,10
- ROE (Resultado Líq/Capitais Próprios Médios)	%	11,6	12,6
3. Prudenciais			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	Contos	3.244.527	3.487.109
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	%	13,6	13,5
- Rácio do Imobilizado Líq (Imobilizado Liq. / Próprios)	%	227,1	190,0
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	13,1	13,2
- Imparidades Crédito Vencido/Crédito Vencido	%	50,7	53,5
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	%	54,8	56,3
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8.268	8.110
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	3.787	3.633
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	29,4	28,1
- Cash Flow/ Activo Líquido Médio	%	2,8	2,5

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CAIXA), vem o conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Accionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2011.

1.1. Enquadramento das actividades

1.1.1. Conjuntura Internacional

Devido aos desempenhos menos favoráveis do sector industrial e do comércio internacional, a actividade económica mundial consentiu um enfraquecimento significativo, desde o primeiro semestre de 2011, especialmente nos países avançados. Fenómenos não conjecturados, nomeadamente, os problemas na cadeia de produção em consequência do sismo e tsunami do Japão, e o aumento do preço das matérias-primas, em resultado da instabilidade social e política no Norte de África e no Médio Oriente, afectaram significativamente a produção industrial global. O enfraquecimento inesperado da economia dos EUA, a deterioração das expectativas dos produtores e consumidores, relacionada com a persistência da instabilidade financeira e de um sentimento de incerteza quanto à resolução dos problemas dos bancos e dos países excessivamente endividados, lesaram, igualmente, a actividade global.

As projecções do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento da actividade económica global em torno dos 4%, em 2011, correspondendo a uma desaceleração de 1,1% comparativamente a 2010. Tais projecções apontam para um crescimento de, apenas, 1,6% para as economias avançadas e um crescimento de 6,4% para as economias emergentes e em desenvolvimento (menos 0,9% que em 2010).

A **Zona Euro**, principal parceira económica do país, observou um crescimento moderado, dado aos problemas de liquidez do sector bancário e de financiamento dos Estados excessivamente endividados, alguns dos quais obrigados a implementar um rigoroso programa de consolidação orçamental. Em termos homólogos, a Zona Euro cresceu 2,4% no 1º trimestre (o maior crescimento dos últimos três anos), tendo diminuído para 1,6%, no 2º trimestre. Para os dois últimos trimestres, os indicadores insinuam uma contínua deterioração. Por outro lado, problemas pontuais, relacionados com o abastecimento de petróleo à Europa, em consequência do embargo à circulação marítima no Canal de Suez, em Abril, contribuíram para o desempenho menos benéfico da região dois últimos trimestres, e em especial da maior economia – a Alemã.

Os **Estados Unidos** cresceram, em termos homólogos, 2,2% no 1º trimestre, tendo esse incremento desacelerado para 1,6%, no 2º trimestre, em resultado do efeito combinado da desaceleração do consumo privado e da procura externa líquida. No 3º e 4º trimestres, os indicadores de actividade económica apontam para uma ligeira melhoria, com alguma aceleração da produção industrial.

No que concerne ao mercado de trabalho, os indicadores apontam para uma deterioração nas economias avançadas. Nos EUA, a taxa de desemprego registou uma trajectória descendente até Abril, momento a partir do qual inverteu-se a tendência, mantendo-se a taxa muito perto dos dois dígitos (9,1%). Na Zona Euro, inscreveu-se o mesmo curso de deterioração. A taxa de desemprego do conjunto dos 17 países da Área do Euro atingiu os 10,2% em Setembro e no Reino Unido, principal mercado emissor do turismo cabo-verdiano, a taxa de desemprego atingiu em Agosto o nível mais alto dos últimos 15 anos (8,1%).

Nas **economias emergentes e em desenvolvimento** o ritmo de crescimento manteve-se forte, conquanto desigual entre regiões. O incremento dos preços das matérias-primas aqueceu o desempenho das economias da Europa Central e do Leste, bem como da América Latina. Na África Subsariana a actividade económica manteve-se vigorosa. Porém, a instabilidade política e social, que ainda persiste em alguns países do Norte de África e do Médio Oriente, deverá ter um embate negativo no seu desempenho. Nas economias asiáticas emergentes prevê-se um abrandamento, devido ao efeito de contágio da interrupção ocorrida na cadeia de produção nipónica e à implementação de medidas de política monetária mais restritivas para fazer face às pressões inflacionistas.
No que toca aos preços e inflação, as pressões inflacionistas no mercado das matérias-primas, ultimamente, estão mais contidas. Devido a problemas relacionados com a oferta, num contexto em que a procura permanecia forte e crescente, o preço do petróleo aumentou cerca de 25% no início da Primavera, período a partir do qual vêem-se observando decréscimos graduais, tendo decrescido, em termos médios, 2%, de Abril a Setembro.

Os preços dos produtos alimentares, por seu turno, continuam com um perfil ascendente. Em termos homólogos, o *food price index* avultou 28,5% no 3º trimestre (41,8% no 2º trimestre), devido ao acréscimo do preço de açúcar (45,9%), cereais (37,7%) e óleos alimentares (33,7%).

A inflação homóloga na Zona Euro atingiu 3% em Setembro, 1 ponto percentual acima do *target* do Banco Central Europeu (BCE). Não obstante, a política monetária permaneceu acomodatícia. O BCE manteve inalterada a sua taxa de juro de referência em 1,5%, desde a última subida de 7 de Julho e, face aos problemas de liquidez e solvência de alguns bancos e Estados, expandiu as suas operações

de liquidez e o seu programa de compra de títulos soberanos, passando a abranger também a Itália e a Espanha.

Nos Estados Unidos, a política monetária permaneceu, igualmente, acomodatícia. O Federal Reserve manteve a banda de flutuação da sua taxa de juros de referência em 0% - 0,25% e aprovou um programa para a extensão da maturidade média dos títulos do Tesouro da sua carteira.

Quadro II: Principais Indicadores Económicos e Financeiros – Economia Internacional

	2011 – P			
	PIB Real	Inflação	Balança Corrente	Desemprego
Economias Avançadas	4,0	2,6	-0,3	7,9
EUA	1,5	3,0	-3,1	9,1
Zona Euro	1,6	2,5	0,1	9,9
Alemanha	2,7	2,2	5,0	6,0
França	1,7	2,1	-2,7	9,5
Portugal	-2,2	3,4	-8,6	12,2
Japão	-0,5	-0,4	2,5	4,9
Eco. Emergentes e em Desenv.	6,4	7,5	2,4	
Brasil	3,8	6,6	-2,3	6,7
Rússia	4,3	8,9	5,5	7,3
Índia	7,8	10,6	-2,2	-
China	9,5	5,5	5,2	4,0
África Subsariana	5,2	8,4	0,6	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

P – Provisório

1.1.2. Conjuntura Nacional

Em linha de conta com os indicadores de tendência da actividade económica nacional, o ritmo de crescimento da economia registou um abrandamento nos primeiros nove meses do ano (muito relacionado com a evolução do consumo privado), não obstante a performance positiva do sector do turismo.

No que se refere ao investimento, os indicadores disponíveis sugerem uma tendência ascendente da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), em termos agregados. As importações de materiais de transporte e as importações de bens de equipamentos aumentaram consideravelmente. No entanto, a FBCF em construção registou um abrandamento. As importações de bens de construção aumentaram menos que no 4º trimestre de 2010 e a carteira de encomendas no sector da construção e obras públicas diminuiu significativamente no 3º trimestre de 2011. Adicionalmente, a

desaceleração do ritmo de crescimento dos créditos a particulares para habitação relativamente a Dezembro (em 3 pontos percentuais), sugere um abrandamento dos investimentos residenciais.

A inflação média anual, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor, permaneceu ao longo do ano com um perfil ascendente (reflexo da aceleração dos preços internacionais dos bens alimentares e combustíveis, principalmente no 1º semestre), tendo-se situado nos 4,2% no mês de Setembro.

As contas externas registaram uma deterioração, resultando num défice da balança global na ordem dos 6% do PIB previsto para 2011. O desempenho menos favorável da balança corrente e de capital deveu-se ao aumento expressivo das importações (afectado pela dinâmica dos investimentos e pela alta dos preços nos mercados fornecedores) e à redução dos donativos oficiais. Face à redução dos influxos de Investimento Directo Estrangeiro (uma queda de 11,5% em termos homólogos), o financiamento da economia realizou-se maioritariamente pelo recurso ao endividamento externo (público e privado), resultando numa redução das reservas internacionais líquidas em 65 milhões de euros, dado o défice de recursos de financiamento face às necessidades.

Por seu turno, a política orçamental manteve uma feição claramente expansionista. O défice das contas públicas atingiu em Setembro os 9.396 milhões de escudos, financiado com recurso ao crédito interno e externo. Em resultado, o stock da dívida pública atingiu os 80,1% do PIB previsto para 2011.

Quadro III: Principais Indicadores da economia cabo-verdiana

	Unidades	2011 E
Produto Interno Bruto	**Variação Real**	[4,0 - 5,0]
Consumo Privado		2,9
Consumo Público		1,9
Formação Bruta de Capital Fixo	Variação Real	5,1
Exportações		11,4
Importações		4,5
Balança Corrente e de Capital	**em % do PIB**	-17,4
Balança de Bens e Serviços	**em % do PIB**	-33,3
Índice de Preços no Consumidor	**Variação média em %**	[4,5 - 5,0]

Fonte: Banco de Cabo Verde

E – Estimativas

1.1.3. Sector Financeiro

No que concerne às contas monetárias e financeiras, os activos externos líquidos totais enfraqueceram em torno de 26% e o crédito à economia registou um incremento de 11,4%. A expansão do crédito à economia foi decidida pelo aumento dos empréstimos concedidos, tanto ao sector privado como às empresas públicas.

Quanto à política monetária, o Banco de Cabo Verde determinou, em Junho, o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias para incluir 50% dos depósitos do sector público administrativo, com o objectivo de estabilizar as reservas externas do país (condição necessária para a sustentabilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro) e reforçar a eficiência do sistema bancário.

As operações de *open market,* nomeadamente, as emissões de Títulos de Regularização Monetária (TRM) à taxa directora (4,25%) ascenderam a 13,7 mil milhões de escudos. As operações de cedência de liquidez, à taxa de 7,25%, atingiram os 91,5 mil milhões de escudos, enquanto as de absorção totalizaram 27,2 mil milhões de escudos.

Há que frisar o reforço verificado nas transacções no mercado interbancário (MMI) no período, revertendo numa duplicação dos montantes transaccionados, face ao registado no 1º trimestre de 2011. Em finais de Setembro, as transacções no MMI, à taxa média de 5,9%, perfizeram 37,5 mil milhões.

Reflectindo a evolução da actividade económica nacional e os desenvolvimentos nas contas externas, a oferta de moeda em sentido lato, representada pelo agregado monetário M2, cresceu 3%, em termos homólogos, em Setembro (que compara aos 4,9% registado em Setembro de 2010). Esta evolução representa um abrandamento significativo no ritmo de expansão da massa monetária, que nos últimos anos cresceu em média 9%.

Quadro IV: Principais Indicadores da Situação Monetária

(Taxa de variação homóloga)

	Setembro 2011
Activos Externos Líquidos	-25,9
Crédito Interno Líquido	13,6
Crédito Líquido ao SPA	22,2
Crédito à Economia	11,4
M1	-4,1
M2	3,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

1.2 Principais Aspectos Institucionais

Em termos de estrutura accionista da instituição, em 31 de Dezembro 2011, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo, ilustrando ligeira alteração em relação a 2010:

Quadro V – Estrutura Accionista

Accionistas	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão de Participações	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar - Companhia Cabo-verdiana Seguros	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	183.357	13,2%
Total	**1.392.000**	**100,0%**

A cotação das acções tem sido bastante estável, tendo fechado 2011 a registar 2.900$00 por cada acção, contra os 2.585$00 de 2010. Já depois de terminado o exercício de 2011, o valor de cotação das acções da CAIXA subiu para 3.000$00.

O ano de 2011 fica assinalado pelas profundas alterações ao nível da marca CAIXA. A CAIXA relançou a sua marca com uma nova identidade visual, reforçando o seu posicionamento enquanto instituição.

A CAIXA é parte integrante da história de Cabo Verde e é, dentro do sistema financeiro nacional, expressão institucional do melhor dos valores cabo-verdianos. A CAIXA é hoje, também, um projecto de envergadura que afirma a capacidade e competência dos cabo-verdianos e que, nessa medida, se identifica com a singular história de sucesso que tem sido a construção do País.

Para a CAIXA, o tempo a seguir é, tal como o tempo a seguir de Cabo Verde: o do desenvolvimento, do crescimento e da projecção internacional.

E é por tudo isso que, como nenhuma outra instituição de crédito, a CAIXA combina com Cabo Verde e com os cabo-verdianos.

2. Síntese da Actividade

Apesar da crise financeira, o ano de 2011 ficou marcado por uma ligeira melhoria da actividade financeira da CAIXA. No entanto, o mercado encontra-se altamente competitivo devido à diminuição dos recursos.

Num contexto de maior concorrência, apostando na melhoria constante dos serviços que oferece, a CAIXA tem procurado e tem conseguido fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades.

No que concerne à rede comercial, a CAIXA manteve o mesmo número de agências existentes em 2010.

O impacto negativo da crise fez com que as agências com maiores volumes de negócios não conseguissem atingir em pleno os objectivos fixados. Os Depósitos de Clientes e outras Instituições de Crédito (IC's), excluídos os Títulos e Juros, alcançaram 30.697.490 mil escudos (1.308.578 mil escudos abaixo do montante registado em 2010). O Crédito Bruto a Clientes, exceptuando os Títulos e Juros, atingiu, por seu turno, os 28.899.444 mil escudos, correspondendo a um crescimento de 9,4% (2.484.225 mil escudos) em relação ao mesmo período de 2010.

O Activo Líquido totalizou 42.090.552 mil escudos em Dezembro de 2011, assinalando um crescimento de 14,6% (5.361.347 mil escudos), face à igual data do ano anterior, explicado maioritariamente pelo Crédito Líquido a Clientes, incluindo os Títulos, que registaram um aumento de 22,7% (6.438.128 mil escudos). Embora menos significativo, as Imobilizações não Financeiras

Líquidas (Activos Tangíveis e Intangíveis), também, contribuíram com um incremento de 390.738 mil escudos (29,1%), em grande medida explicado pelas obras em curso relativos ao edifício da nova sede nacional. O Passivo expandiu 5.137.469 mil escudos (15,4%), situando-se nos 38.540.893 mil escudos em Dezembro de 2011. Esta variação deveu-se, essencialmente, aos Recursos de Clientes, que somaram 4.046.590 mil escudos (+12,7%). Por sua vez, os Recursos de Instituições de Crédito contribuíram com um aumento de 96,7% (1.032.466 mil escudos).

O Resultado Líquido do Exercício, que, em Dezembro de 2010, tinha registado 378.942

mil escudos, atingiu em Dezembro de 2011 os 432.678 mil escudos, demonstrando um acréscimo de 14,2% (53.735 mil escudos). Consequentemente, a Rendibilidade do Activo (ROA), indicador da eficácia da instituição, passou de 1,09 %, em 2010, para 1,10%, em 2011. Por sua vez, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) melhorou comparativamente ao ano anterior, passando de 11,6% para 12,6%.

A CAIXA, desde o aumento do seu capital social, em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, sendo de destacar o Rácio de Solvabilidade, que registou em Dezembro de 2011 os 13,51%, quando o mínimo estabelecido é 10%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos alcançou 871.777 contos.

A nível dos rácios prudenciais, convém salientar que, no mês de Maio, o BCV introduziu um reporte de inventário de títulos, em base trimestral.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Provisões, a mesma registou um acréscimo de 2,81%, relativamente ao período homólogo, tendo passado de 50,7%, em Dezembro de 2010, para os 53,5%, em Dezembro de 2011.

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido observou uma ligeira deterioração em relação a 2010, tendo passado de 13,13% para 13,17% em 2011. Todavia, se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se que evidencia uma ligeira melhoria, passando de 4,92% em 2010[1] para 4,48% em 2011.

[1] Cálculo revisto, conforme instrução do BCV

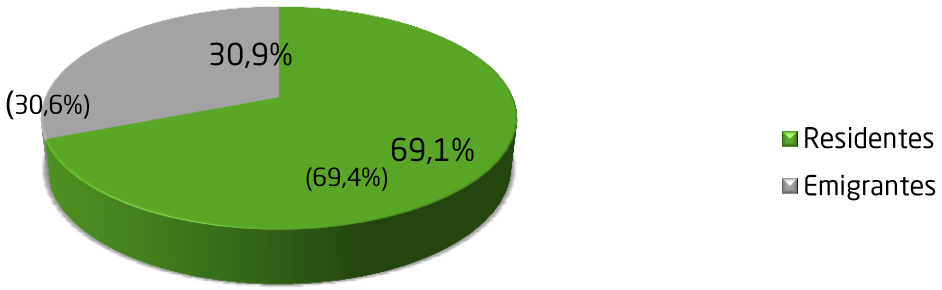
3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de Clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2010 acumularam os 32.014.416 mil escudos, registaram um acréscimo de 3.542.304 mil escudos (11,1%), alcançando um total de 35.556.720mil escudos.

Do total registado em 2011, o Depósito dos Residentes deteve um peso de 69,1% e o dos Emigrantes, 30,9%.

Gráfico I – Depósitos Emigrantes e Residentes 2011



Os valores entre parênteses referem-se ao ano de 2010

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2010 somavam 22.225.162 mil escudos, atingiram os 24.562.870 mil escudos, apresentando um crescimento de 2.337.708 mil escudos (10,5%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Depósitos à Ordem, no valor de 2.670.798 mil escudos (-20,7%), tendo passado de 12.932.856 mil escudos, em 2010, para 10.262.058 mil escudos em 2011. No entanto, tal decréscimo foi compensado pelo acréscimo ocorrido nos Títulos, no valor de 4.850.880 mil escudos, passando de 8.350 mil escudos em 2010, para 4.859.230 mil escudos em 2011. Os Depósitos a Prazo, por seu lado, registaram um acréscimo de 157.626 mil escudos (1,7%), passando de 9.283.956 mil escudos, em 2010, para 9.441.582 mil escudos em 2011.

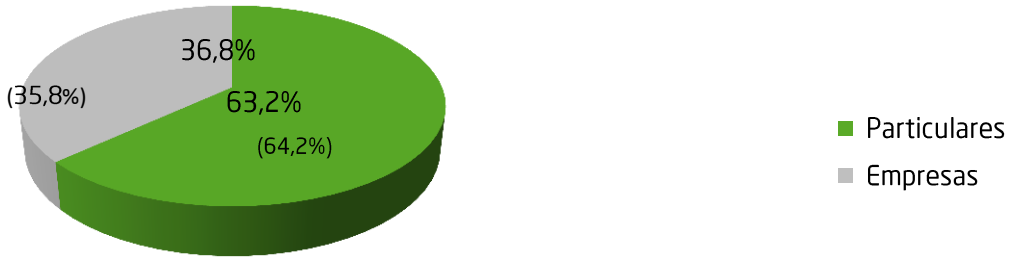
Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 1.204.596 mil escudos (12,3%) relativamente a 2010, tendo passado de 9.789.255 mil escudos para 10.993.851 mil escudos. Esse crescimento reflecte, em certa medida, a estratégia que a CAIXA tem vindo a desenvolver com o

intuito de se aproximar mais dos emigrantes, nomeadamente, mediante a realização de encontros com a diáspora cabo-verdiana nos países de acolhimento. Neste segmento, os Depósitos a Prazo verificaram um acréscimo de 12,0% (972.485 mil escudos), enquanto os Depósitos à Ordem registaram um incremento de 14% (232.111 mil escudos)).

Quadro VI – Evolução dos Depósitos Emigrantes e Residentes (em Contos)						
Designação	31-Dez-10		31-Dez-11		Crescimento 2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	**22.225.162**	**69,4%**	**24.562.870**	**69,1%**	**2.337.708**	**10,5%**
Depósito à Ordem	12.932.856	58,2%	10.262.058	41,8%	-2.670.798	-20,7%
Depósito a Prazo	9.283.956	41,8%	9.441.582	38,4%	157.626	1,7%
Bilhetes Tesouro	8.350	0,0%	4.859.230	19,78%	4.850.880	58094,4%
Emigrantes	**9.789.255**	**30,6%**	**10.993.851**	**30,9%**	**1.204.596**	**12,3%**
Depósito à Ordem	1.663.677	17,0%	1.895.788	17,2%	232.111	14,0%
Depósito a Prazo	8.125.577	83,0%	9.098.062	82,8%	972.485	12,0%
Depósitos Totais	**32.014.416**	**100,0%**	**35.556.720**	**100,0%**	**3.542.304**	**11,1%**

Dissecando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (63,2%), apesar de ligeiramente inferior ao que detinha em 2010 (64,2%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um ténue acréscimo na sua quota-parte, passando de 35,8% para 36,8% do total.

Gráfico II – Depósitos por tipo de Cliente - 2011



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2010

Os Depósitos dos Particulares passaram de 20.537.523 contos, em 2010, para 22.470.677 mil escudos, em 2011, exibindo um crescimento de 1.933.154 mil escudos (9,41%). Os Depósitos das Empresas, por seu lado, verificaram um ligeiro aumento, tendo passado de 11.476.893 mil escudos, em 2010, para 13.086.044 mil escudos, em 2011, claramente explicado pelo acréscimo ocorrido nos Títulos.

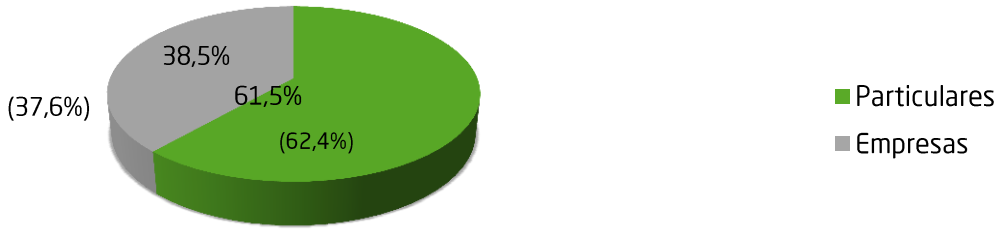
Quadro VII - Depósitos das Empresas e dos Particulares (em Contos)						
Depósitos	31-Dez-10		31-Dez-11		Crescimento 2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	20.537.523	64,2%	22.470.677	63,2%	1.933.154	9,41%
Empresas	11.476.893	35,8%	13.086.044	36,8%	1.609.150	14,02%
Total	32.014.416	100,0%	35.556.720	100,0%	3.542.304	11,06%

3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido, a CAIXA assinalou um favorável crescimento em 2011. O Crédito Bruto (excluindo os Títulos do Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros), que em 2010 tinha registado o total de 27.955.188 mil contos, atingiu 30.439.274 contos em 2011, exibindo um crescimento de 2.484.086 mil escudos (8,89%).

O Crédito às Empresas, incluindo as obrigações das empresas, representou em 2011 38,5% da Carteira de Crédito, contra 37,6% verificado em 2010, e o Crédito a Particulares representou 61,5% do total, apesar de em 2010 ter representado 62,4%.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares - 2011



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2010

O Crédito às Empresas cresceu 11,47% (1.205.049 mil escudos), contra os 22,45% (1.925.981 mil escudos) ocorridos em 2010. Passou de 10.506.552 mil escudos em 2010, para 11.711.852 mil escudos em 2011. Tal acréscimo justifica-se pelo incremento de 14,72% (1.120.104 mil escudos) ocorrido no Crédito Investimento e de 2,93% no Crédito à Tesouraria (84.945 mil escudos).

No que concerne ao Crédito a Particulares, registou-se um crescimento de apenas 7,33% (1.279.037 mil escudos), contra os 10,59% obtidos em 2010. Passou de 17.448.636 mil escudos em 2010, para 18.727.673 mil escudos em 2011. O Crédito Habitação cresceu 10,76% (1.024.279 mil escudos),

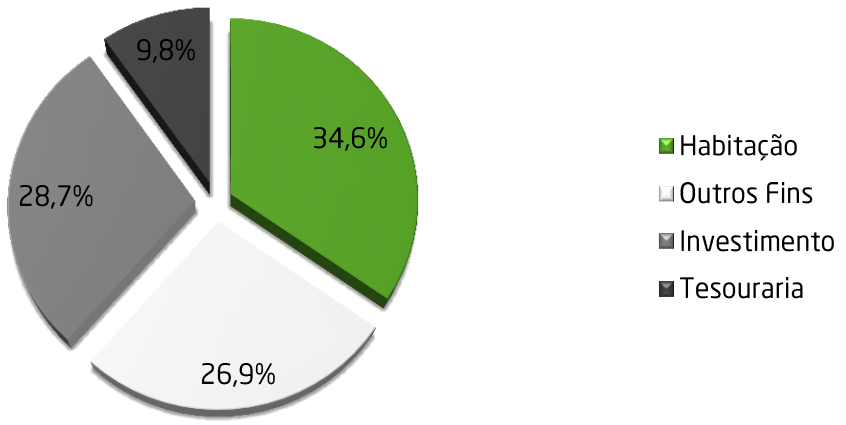
atingindo os 10.543.790 mil escudos, enquanto o Crédito para Outros Fins observou um aumento de 3,21% (254.758 mil escudos), chegando aos 8.183.883 mil escudos.

Quadro VIII – Evolução de Crédito Bruto (em Contos)						
Créditos	31-Dez-10		31-Dez-11		Crescimento 2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	**17.448.636**	**62,40%**	**18.727.673**	**61,50%**	**1.279.037**	**7,33%**
Habitação	9.519.511	54,60%	10.543.790	56,30%	1.024.279	10,76%
Outros Fins	7.929.125	45,40%	8.183.883	43,70%	254.758	3,21%
Empresas	**10.506.552**	**37,60%**	**11.711.601**	**38,50%**	**1.205.049**	**11,47%**
Investimento	7.607.748	72,40%	8.727.852	74,50%	1.120.409	14,72%
Tesouraria	2.898.804	27,60%	2.983.749	25,50%	84.945	2,93%
Total Créditos	**27.955.188**	**100,00%**	**30.439.274**	**100,00%**	**2.484.086**	**8,89%**

O Crédito à Habitação continua a deter o maior peso na carteira de crédito da CAIXA em 2011, com 34,6%, posicionando-se praticamente ao mesmo nível do verificado em 2010, que foi de 34,1%. Segue-se o Crédito ao Investimento, com uma quota de 28,7%, contra os 27,2% detidos em 2010. O Crédito para Outros Fins apresentou um peso de 26,9%, contra os 28,4% detidos em 2010. O Crédito à Tesouraria, por sua vez, apresentou um peso de 9,8%, menos 0,57% que o detido em 2010.

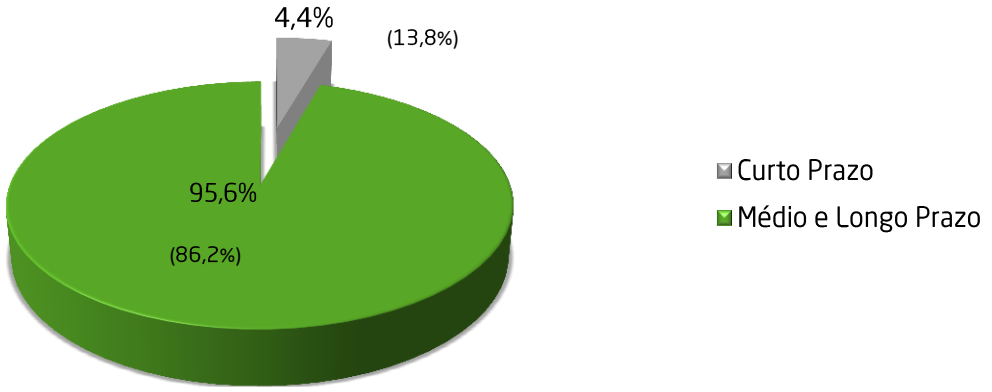
O Crédito à Habitação cresceu a uma taxa de 10,76% em 2011, superior aos 2,04% registados em 2010, em virtude da melhoria das condições na concessão de crédito e da entrada em vigor do novo pacote orientado para este segmento, o "Pack Habitação".

Gráfico IV – Crédito por finalidade – 2011



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 95,6% do total, em 2011, contra os 86,2% detidos no final de 2010, enquanto o crédito normal de curto prazo passou de 13,8% do total, em 2010, para 4,4%, em 2011.

Gráfico V – Crédito Normal por Prazo - 2011



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2010

Em Dezembro de 2011, o Crédito de Curto Prazo acumulou 1.173.658 mil escudos, demonstrando um decréscimo de 2.207.845 mil escudos (-65,29%) relativamente a Dezembro de 2010, onde tinha totalizado 3.381.504 contos. O Crédito de Médio e Longo Prazo registou, igualmente em 2011, 25.459.198 mil escudos, exibindo um acréscimo de 4.353.198 mil escudos (20,63%) comparativamente a Dezembro de 2010, onde tinha registado os 21.106.000 mil escudos.

3.3. Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2011, o valor do Crédito e Juros Vencidos (excluindo as despesas de crédito vencido) registou 3.806.416 mil escudos, contra os 3.467.684 contos de 2010, o que reflecte um acréscimo de 9,8%, justificado pelo reforço de 28,0% no segmento empresas e de 2,5% no segmento particulares.

O segmento de particulares registou um rácio de crédito vencido de 13,60%, superior ao do segmento das empresas (12,39%).

O rácio de malparado ou de crédito vencido (Crédito Vencido/ Crédito Total) passou de 13,13%, em Dezembro de 2010, para 13,17%, em Dezembro de 2011, evidenciando uma ligeira degradação (de 0,04%). Por sua vez, o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento (Crédito em Incumprimento/Crédito Total), que no final de 2010 era de 4,92%, passou para 4,48% em Dezembro de 2011.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou um acréscimo de 2,81%, tendo passado de 50,68% para 53,49%, espelhando uma melhoria na qualidade da carteira de crédito.

3.4. Actividades Financeiras

No quadro das orientações estratégicas, a actividade financeira da CAIXA foi, durante o exercício de 2011, desenvolvida dentro dos parâmetros definidos pela Administração da instituição, assegurando o equilíbrio financeiro do balanço, procurando diversificar o financiamento, reforçar o peso e a estabilidade do *funding* de médio e longo pr*azo* e mitigar o *mismacth* activo/passivo.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades quer do mercado doméstico quanto do internacional. Para a sua materialização continua-se a fazer uso dos instrumentos de Mercado Monetário Interbancário como permutas, cedências e tomadas de fundos de outras instituições, e os do Mercado de Operações de Intervenção, como é o caso dos Títulos de Regulação Monetária e Títulos de Intervenção Monetária.

O ano de 2011 foi marcado pelas alterações efectuadas pelo BCV nas taxas de referência, coeficientes e bases de incidência das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), que condicionaram a actividade dos bancos.

Decorrente da evolução desfavorável da Balança de Pagamentos, a persistência de vários problemas financeiros a nível internacional e em particular na Zona Euro, o BCV, respondendo ao aumento dos riscos macroeconómicos para a estabilidade do sistema financeiro, e para melhorar o quadro operacional da política monetária, decidiu, em Junho, incluir o SPA na base de incidência das DMC. Foi nesta perspectiva que, em Dezembro de 2011, com entrada em vigor em Janeiro, reforçou as medidas tendentes a garantir a estabilidade cambial e do sistema financeiro, com o aumento do coeficiente das DMC em 2 pontos percentuais, de 16% para 18% e da taxa directora em 150 pontos

base, passando de 4,25% para 5,75% e, limitando, em consequência, o acesso dos bancos às operações de cedência de liquidez.

A nível do mercado de capitais, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia, principalmente nos projectos de grande dimensão.

O ano de 2011 foi caracterizado por algum abrandamento no crescimento da BVC, instituição na qual poucas actividades foram desenvolvidas em termos de emissões, sendo que as realizadas referem-se à cotação dos títulos de dívida pública no último trimestre. Esta ausência de emissão, associada ao fraco volume negociado no mercado secundário, originou uma queda acentuada das comissões recebidas pela CAIXA, comparativamente a 2010.

4. Outras Actividades

4.1. Recursos Humanos

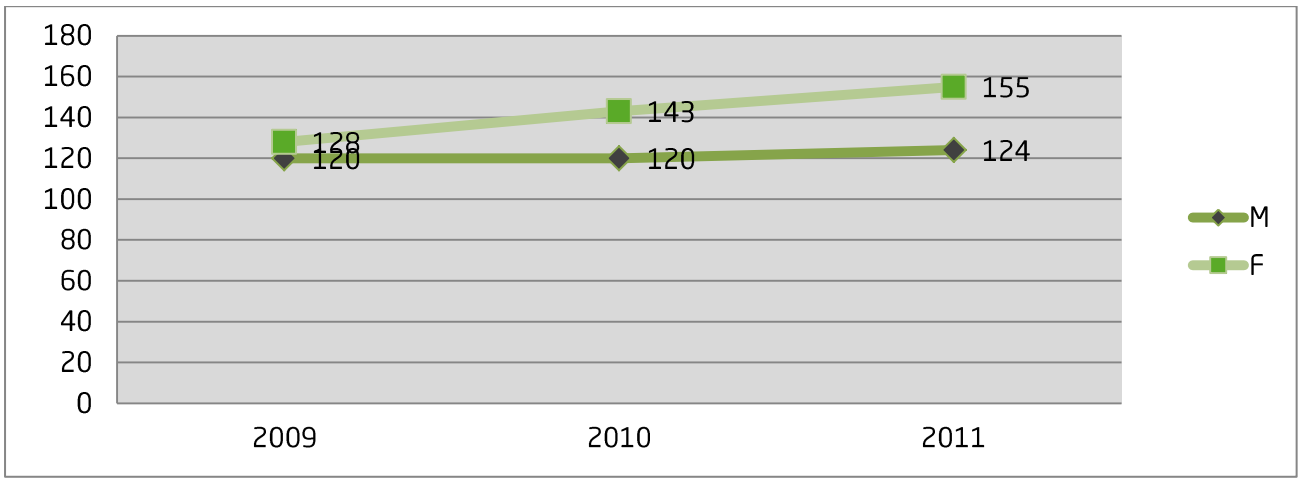
Tendo em conta que a CAIXA tem como visão – "Ser o melhor banco universal", continuou a focalizar a sua atenção na realização dos objectivos prioritários para garantir que a política de qualidade se manifeste no quotidiano das relações com o Cliente, por via de valorização do seu principal activo, que são os recursos humanos.
É consensual de que a materialização da Visão e a realização dos objectivos dependem do empenho e dedicação de cada colaborador.

4.1.1. Caracterização dos efectivos

No que concerne aos recursos humanos, a actual estrutura de pessoal é composta por um total de 279 Colaboradores, dos quais, 83,2% (232) inseridos no quadro de pessoal.
Deste universo, apenas 14,3% (40) estão em regime de contrato a termo certo e 2,5% (7) em situação de licença sem vencimento.

De 2009 a 2011, o quadro de pessoal tem vindo a ampliar-se, acompanhando, assim, o crescimento da CAIXA e a abertura/ampliação de novas Agências, sendo de registar um crescimento de 13% neste período.

Gráfico VI – Evolução dos efectivos – 2009 a 2011



Abarcando a análise dos efectivos por género, denota-se uma preponderância das mulheres (56%) em relação aos homens (44%).

Gráfico VII - Nº de colaboradores por função e género - 2011

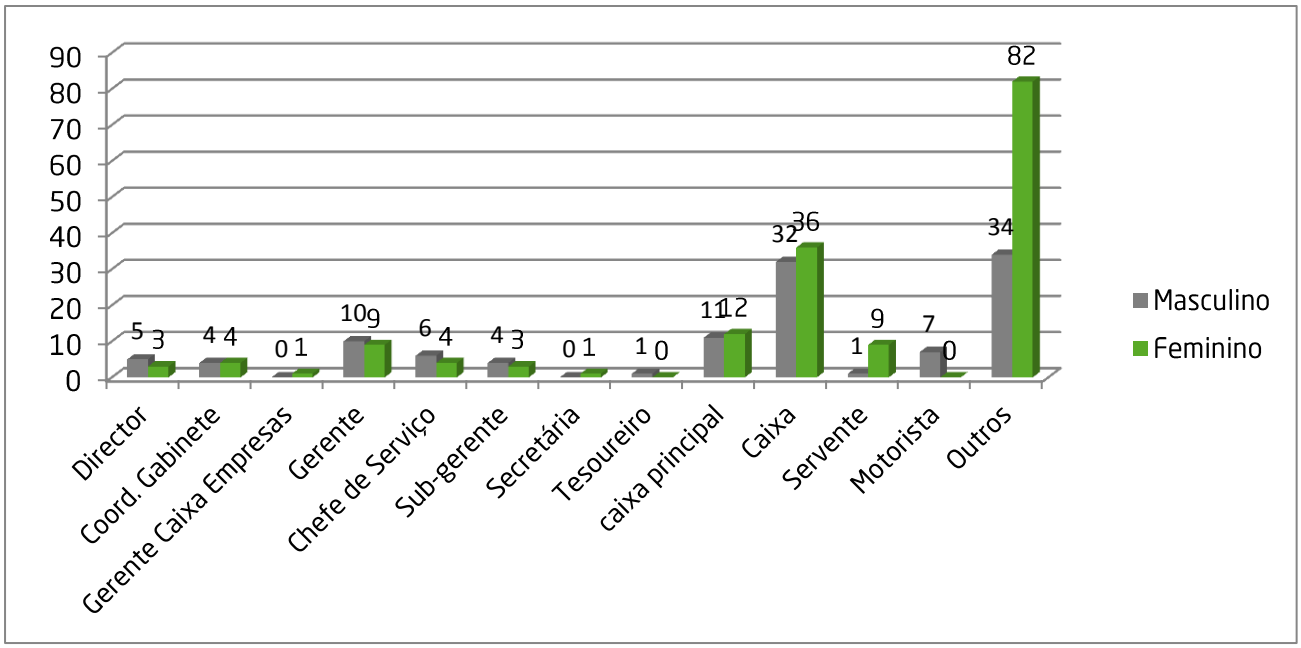
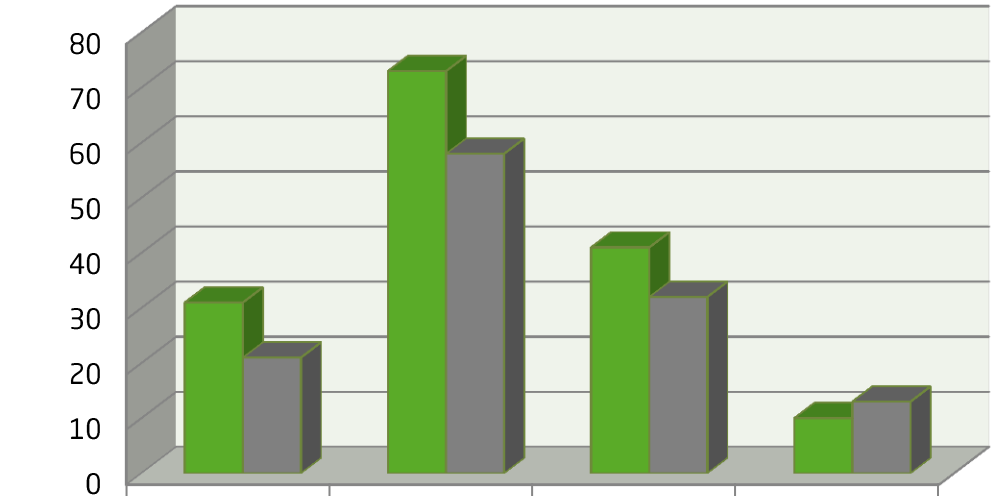


Gráfico VIII - Nº de trabalhadores por faixa etária e género – 2011



	< 30 Anos	30-40	40-50	> 50 Anos
Mulheres	31	73	41	10
Homens	21	58	32	13

4.1.2. Formação e desenvolvimento

A maior parte dos colaboradores da CAIXA (55,9%) possui formação superior, o que traduz, em parte, a forte aposta na formação e qualificação dos seus recursos humanos.

A CAIXA atende a vocação, o desenvolvimento de capacidades individuais e colectivas e a realização de cada colaborador. Neste contexto, promove diversas acções de formação, seja no acolhimento e integração, seja de aperfeiçoamento ao longo da carreira.

Quadro IX - Formação No Estrangeiro

Formação - No Estrangeiro	Nº de Participantes
Gestão e Recuperação de Crédito	1
Fraude e Auditoria Interna	3
ISO 27001 Foundation (PECB Official Course)	2
Contabilidade Bancária	1
Testes de Aptidões Profissionais	1
TOTAL PARTICIPANTES	8

Quadro X - Formação Interna

Formação – Interna	Nº de Participantes
Prática Western Union	4
Back Office	14
Front Office	5
Parceria com a Diáspora	3
Formação Novos Colaboradores	16
TOTAL PARTICIPANTES	45

Quadro XI - Formação Externa

Formação – Externa	Nº de Participantes
Workshop Apuramento do Rendimento Informal	2
Fiscalidade Cabo-verdiana	1
Gestão e Recuperação de Crédito	1
Orçamento Empresarial	2
Marketing via Facebook	3
Gestão Por Processos	15
ISSO 9001:2008	30
Auditoria Financeira e Auditoria Operacional	2
Métricas em Gestão de Pessoas	49
7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes	41
Microfinanças	1
Impacto fiscal da transição do PNC para o SNCRF	1
Gestão Estratégica de Activos Humanos no Séc. XXI	1
Auditorias da Qualidade	19
Anti-Money Laundering & Counter- Terrorism Financing	2
Microsoft Office Project 2007	9
TOTAL PARTICIPANTES	179

4.1.3. Mobilidade de pessoal

De Janeiro a Dezembro de 2011, foi admitido um total de 22 Colaboradores. O reforço nas áreas de suporte ao negócio justificou a maior parte das contratações. No entanto, três colaboradores entraram de licença sem vencimento de longa duração e a CAIXA deixou de contar com seis colaboradores.

4.1.4. Benefícios Sociais

A CAIXA idealiza a realização profissional de cada colaborador. Para tal, disponibiliza um conjunto de benefícios aos seus trabalhadores, nomeadamente, sob a forma de linhas de crédito, incentivando, desta forma, a melhoria do seu bem-estar, o desenvolvimento de capacidades, a possibilidade de evolução na carreira, em síntese, valorizando a aquisição de competências essências ao colaborador, à instituição e à comunidade em geral.

No final de 2011, o Conselho de Administração entendeu melhorar as condições de acesso aos créditos – adiantamentos de vencimentos e habitação - para os trabalhadores.

A CAIXA disponibiliza, igualmente, linhas especiais de crédito aos trabalhadores para permitir a acesso dos filhos ao ensino superior – Credibolsa.

Dos montantes de créditos concedidos em 2011, a maior parte destinou-se ao financiamento da habitação própria permanente, representando 62% do total concedido aos trabalhadores. Em termos de números de créditos, os adiantamentos de vencimentos foram os mais concedidos, beneficiando 43 colaboradores.

4.2. Gestão de Riscos

A CAIXA, no âmbito da sua actividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, tais como, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, pelo que cabe à gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como, adopção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

Desde a implementação da nova estrutura orgânica, em 2009, a Direcção de Gestão de Risco (DGR) vem ocupando da análise de risco de toda a instituição, segregando tudo o que é a função análise e emissão de pareceres de risco da actividade comercial.

Em 2011, o contexto macroeconómico particularmente adverso, traduziu-se na evolução recessiva dos mercados, originando um aumento dos níveis de riscos, e que se pode repercutir no agravamento do incumprimento. Daí que, mensalmente a DGR procede ao cálculo das imparidades, do qual resulta um relatório das análises e conclusões efectuadas.

Ao nível operacional a DGR procedeu à inventariação da existência e funcionamento do sistema de segurança, nas agências e serviços centrais.

Em relação ao risco de mercado/ taxa de juros, considerado um instrumento relevante na supervisão prudencial, e não sujeito a nenhum reporte de informação, em 2011, o BCV decidiu regulamentar esse risco, Circular Série "A" nº 164/DSE/2011, de 2011/12/16, exigindo às instituições a sua avaliação, quantificação e acompanhamento, bem como o reporte de toda a informação relevante.

Igualmente, o BCV, relativamente ao risco de liquidez, não obstante o quadro regulamentar existente, mas considerando, ainda, a necessidade de dispor de informação rigorosa, detalhada, permanente e tempestiva sobre as posições de liquidez das instituições, definiu, em 2011, alguns reportes que devem ser remetidos mensalmente, Circular Série "A" nº 161/DSE/2011, de 2011/12/16.

Tendo em conta que cabe às instituições implementar sistemas internos de avaliação de risco, a CAIXA, em 2011, com recursos internos, desenvolveu uma ferramenta informática que permite preencher automaticamente os mapas relativos ao risco de liquidez e de taxa de juro, definidos pelo BCV.

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

Em 2011, a Direcção de Informática e Comunicação (DIC) orientou a sua actividade e os seus recursos para dar resposta aos objectivos de negócio do banco.

De realçar, ainda, que em 2011, ao nível da DIC, a Caixa ficou marcada pela consolidação da implementação das recomendações feitas no âmbito das acções da Auditoria de Segurança de Informação, segundo a ISO 27001:2005.

Os recursos tecnológicos e informáticos registaram melhorias, sendo de destacar a adaptação da aplicação *banka* para suportar o produto ABMT – Account Based Money Transfer da Western Union e as TEF's – Transferência Electrónica de Fundos. Foi concluído o projecto de Telefonia IP. O novo site da CAIXA com a nova imagem e a versão 3G da CAIXAnet foram implementadas na Base de Dados de qualidade, com a nova imagem e novas funcionalidades, com principal destaque para o Carregamento de Telemóveis e Pagamento de serviços enquadrados no Projecto *Host to Host* do BCV/SISP.

De realçar que a ABMT é um produto da Western Union, que permite aos clientes da CAIXA que aderirem ao serviço realizar operações de envio e recebimento de dinheiro com segurança, rapidez e comodidade, a partir das suas contas bancárias na rede Western Union, mediante solicitação por telefone.

Por sua vez, a TEF insere-se num projecto da SISP e BCV que veio trazer grandes ganhos ao nível das transferências interbancárias, que passaram a ter um formato electrónico, agilizando e simplificando, assim, o processamento.

Na vertente interna, salienta-se um conjunto de desenvolvimentos com o objectivo de dotar as estruturas de melhores meios técnicos e de suporte aplicacional, principalmente ao nível de controlo, sendo de destacar os indicadores ao nível do risco de liquidez e risco de mercado, bem como a evolução do negócio.

Outras medidas dignas de menção e realce prendem-se com implementação de Projectos estruturantes para a CAIXA, nomeadamente, o projecto AML (Anti Money Laundering), Gestão de Cheques, Gestão Documental (Credibox), e que se encontram em fase de teste.

No âmbito do Projecto Uma Só CAIXA e da política de Proximidade prosseguiu-se com o processo de renovação e ampliação dos balcões, tendo sido inauguradas novas instalações que receberam as agências da Boavista e Assomada.

Face aos desafios da CAIXA em geral, e no que concerne, em particular, às novas tecnologias, a equipa da Direcção de Informática e Comunicações foi reforçada com mais dois técnicos, sendo um para a área de Administração de Sistemas e outro para a área de Desenvolvimento.

Também, durante o ano de 2011, materializou-se a criação das áreas de Help-Desk, Parametrização e Desenvolvimento e Redes e Sistemas.

4.4. Organização e Qualidade

No âmbito da Gestão da Qualidade que assenta essencialmente na satisfação dos *stakeholders* (clientes, colaboradores, fornecedores, accionistas), através de melhoria contínua dos processos, várias acções foram desenvolvidas, sendo de destacar:

- O Projecto de Certificação "Qualidade Combina Comigo", segundo a ISO9001:2008, em que o levantamento dos processos e indicadores tem constituído um momento marcante, exigindo novas abordagens e introdução de inovações que permitirão um melhor acompanhamento e monitorização dos processos. Na sequência dos novos desafios impostos no âmbito da gestão da qualidade, em diversos serviços, foram introduzidas melhorias significativas na execução dos reportes estatísticos, nomeadamente, sobre a evolução do negócio;
- A melhoria do ambiente de controlo, um dos objectivos estratégicos ambicionados, na sequencia da qual, em 2011:
  - A CAIXA deu continuidade às actividades desenvolvidas em 2010, visando aperfeiçoar a qualidade das acções de controlo, buscando formas mais eficientes para o alcance dos resultados desejados;
  - Foram levadas a cabo auditorias informáticas, por intermédio do auditor informático, com apoio do consultor externo. Tais auditorias contemplaram acções a nível da segurança física, análise da plataforma de acesso remoto (VPN) e análise dos acessos à aplicação BM, por parte dos fornecedores externos;
  - Para garantir o controlo e o cumprimento das normas de segurança, foi efectuado um levantamento dos procedimentos instituídos nos balcões da CAIXA, com vista a acautelar a integridade física das instalações e dos valores;
  - A equipa de Auditoria Interna foi reforçada com admissão de dois novos colaboradores;
  - Procedeu-se à criação e instalação do Gabinete de Segurança, que tem como principais atribuições conceber, coordenar e avaliar a implementação de Políticas de Segurança na CAIXA, nas vertentes de Segurança das Pessoas, Segurança Física e Segurança dos Sistemas de Informação. Neste concernente deu-se o arranque do projecto ISO 27001:2005, onde

ficou concluído o processo de criação da documentação para ISO 27001:2005, e a inventariação da situação actual da CAIXA em termos de Segurança Física.

- Apraz destacar o desenvolvimento de ferramentas com vista a reforçar as medidas de controlo, nomeadamente, no que respeita à evolução do negócio, avaliação do risco de mercado/taxa de juro e liquidez nos termos do regulamento do BCV.

– O arranque do projecto "Constituindo Lideres";

4.5. Instalações

Com vista à consolidação da política de proximidade e da gestão da qualidade, com foco nos clientes e trabalhadores, em Maio, foram inauguradas as agências de Assomada, após a conclusão das obras de ampliação e remodelação, e de Boa Vista, em novas instalações construídas de raiz, ambas com a nova imagem corporativa da CAIXA.

As obras da Sede Nacional, iniciadas em Fevereiro de 2009, encontram-se em fase avançada, com previsão de conclusão para o 2º trimestre de 2012.

Em Junho ocorreu o lançamento da primeira pedra da futura agência da CAIXA na Vila de Nova Sintra, na ilha Brava, com início da obra em Março de 2012.

4.6. Marketing

Nas actividades desenvolvidas, destaca-se o lançamento do projecto "Uma só caixa", cujo objectivo é apresentar a nova imagem Institucional, bem como o reforço da notoriedade e visibilidade de toda a instituição e da marca CAIXA. Pinturas de táxis e edifícios, publicidades nas aeronaves e no Aeroporto da Praia, constituem meios de divulgação privilegiados da nova imagem da CAIXA.

Outras actividades foram, igualmente, levadas a cabo em 2011, como a inauguração de novas instalações, com nova imagem, na Assomada e no Sal Rei, publicidades e distribuição de folhetos e brindes nos aviões dos TACV, produção de vídeos institucionais e de material publicitário em jornais, internet, *outdoors* e revistas.

Novos produtos foram lançados, dentre os quais a conta Caixa Crescente, destinada aos Particulares, Empresas e Emigrantes e o Chip Power pré-pago e pós-pago, em parceria com a Enacol. Em 2011, procedeu-se à concepção de um novo site da CAIXA, com novas funcionalidades (com lançamento previsto em 2012) e à preparação do lançamento do Visa Electron.

No que concerne aos serviços da Western Union (WU), deu-se continuidade à promoção dos serviços com campanhas publicitárias, e procedeu-se ainda ao lançamento do novo serviço ABTM, de que a CAIXA é pioneira em Cabo Verde.

Há que salientar, igualmente, a participação da CAIXA na Feira Internacional de Construção e Habitação (FICH).

4.7. Novos Canais Electrónicos

No que toca à rede Vinti4, em 2011, foram introduzidas melhorias no sistema, com o lançamento de novos produtos/funcionalidades, desenvolvimento do *layout* e encomenda de novos cartões.

Em relação aos cartões de débitos activos, verificou-se um ligeiro aumento em relação a 2010, com uma taxa de crescimento de 13,9%, igual à taxa de crescimento do sistema. A quota de mercado manteve-se em 51%, seguindo, assim, a tendência de todo o sistema.

Em relação aos ATM's, apesar do acréscimo verificado no número de transacções, a CAIXA registou uma ligeira diminuição na quota de mercado, tendo passado de 29,1% em 2010, para 28,7% em 2011.

Com a instalação do ATM na agência de Sal Rei, na Boa Vista, no mês de Maio, o número de ATM's da CAIXA passou de 31 para 32. No Sistema, por sua vez, foram instalados 10 novos ATM's, fazendo com que a CAIXA reduzisse a quota de mercado (passando de 22%, em 2010, para 21%, em 2011).

Quanto aos POS, a CAIXA apresentou uma ligeira diminuição na quota de mercado de POS instalados, tendo decaído de 24,7%, em 2010, para 21,5% em 2011.
A nível das transacções efectuadas nos POS, apresentou uma quebra na sua quota de mercado, tanto no nº de operações (de 22,2% para 19,6%), como nos montantes (de 21,5% para 18,5%).

No que toca aos cartões VISA, durante o ano de 2011, a CAIXA emitiu um total de 1.067 cartões, dos quais 84 Classic, 12 Gold e 971 Pré - pagos. Realçou um crescimento de 104% nos cartões Pré-pagos e uma diminuição de 44% nos cartões Classic e de 69% nos cartões Gold.

Constata-se um forte crescimento no número de transacções dos cartões Pré-pagos (396%) e em relação aos montantes transaccionados (538%).

Nos serviços da Caixanet, realizaram-se 2.176 contratos de adesão dos particulares (+8,0% que em 2010) e 255 contratos de adesão de empresas (+27,5% que em 2010), o que vem libertar, de certa forma, o atendimento nos balcões. Registaram-se 1.654.731 transacções, no montante de 1.121.675.750 mil escudos.

4.8. Relações com os Emigrantes

Com vista a reforçar a sua política de proximidade, a CAIXA realizou vários encontros com emigrantes e entidades na diáspora, onde se destacam a participação em dois eventos realizados nos EUA: "Hello Expo Cabo Verde" em New Bedford, no mês de Maio, e "India Point Park", festival anual em Rhode Island, em comemoração do dia da Independência Cabo-verdiana, e um realizado em Saragoça, Espanha, no mês de Novembro: "2ª Semana da Cultura de Cabo Verde".

O destaque, ainda, vai para assinatura de dois protocolos de prestação de apoio na promoção e divulgação de produtos e serviços da CAIXA, sendo um com a CV On-Line, nos EUA e outro com a Fundação Avanço, na Holanda.

A nível nacional, a CAIXA realizou vários encontros com emigrantes em férias, por altura das festas de municípios.

Há que salientar que, a partir do primeiro trimestre de 2011, a CAIXA iniciou o processamento massivo de pensões portuguesas dos pensionistas cabo-verdianos e de salários de cabo-verdianos emigrantes na Guiné Equatorial.

4.9. Relações Internacionais

A fim de dar resposta às necessidades dos nossos clientes e à comunidade cabo-verdiana nos EUA, estabeleceu-se, após o preenchimento de todos os requisitos exigidos, relações de correspondência com o prestigiado banco norte-americano JP Morgan.

Na mesma ordem de ideias, visando melhor servir cidadãos cabo-verdianos residentes em Portugal e, simultaneamente, poder servir os imigrantes brasileiros em Cabo Verde, foram também estabelecidas relações de correspondência com o Banco do Brasil – Sucursal em Portugal, o que permite uma melhor aproximação do mercado brasileiro.

Durante o ano de 2011 iniciou-se as transacções com o BAO – Banco da Africa Ocidental, no âmbito da parceria firmada com esta instituição guineense, que lidera o mercado local. A relação privilegiada estabelecida entre o BAO e a CAIXA permite começar a idealizar e a alicerçar uma futura actuação regional da CAIXA em toda a zona da costa africana fronteira a Cabo Verde. A circunstância de haver uma accionista comum, que é a Geocapital, e de o BAO poder, por sua vez, operar em todos os Países que integram o sistema financeiro e bancário da CEDEAO pode proporcionar à CAIXA uma base consistente para essa actuação regional, que, naturalmente, também contribuirá para a criação de novas oportunidades para os empresários e as empresas de Cabo Verde.

.

De realçar ainda que a CAIXA e a Western Union lançaram a 1ª fase do Serviço ABMT – Account Based Money Transfert, que permite aos clientes realizar operações de envio e recebimento de dinheiro a partir das suas contas bancárias, utilizando a rede Western Union (WU), mediante solicitação por telefone.

Ainda no campo da Westen Union, é importante frisar que a CAIXA mantém a liderança isolada de mercado, o que demonstra a contínua confiança por parte dos clientes, não obstante o número crescente de novos agentes concorrentes, tanto da WU, como de outras entidades.

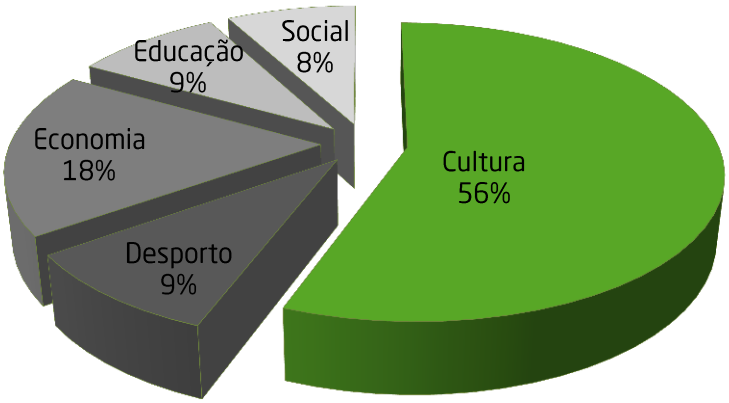
No âmbito da procura de financiamento para a actividade e projectos e em resposta à necessidade de diversificação do *funding,* continuou-se com os contactos com várias instituições financeiras, nomeadamente, a FMO – Banco de Desenvolvimento da Holanda, instituição com a qual as negociações culminaram com a assinatura dum acordo de empréstimo em Dezembro de 2011. Com assinatura deste acordo, a CAIXA tornou-se na 1ª instituição financeira cabo-verdiana a merecer o crédito dessa prestigiada instituição financeira holandesa.

A CAIXA participou na 17ª reunião do grupo regional Africano do IMCE – Instituto Mundial das Caixa Económicas que decorreu em Libreville, Gabão.

4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando sequência à sua política de responsabilidade social, a CAIXA patrocinou vários eventos, quer da área cultural, social e educacional, bem como da área económica e do desporto. A área cultural foi a que contou com a maior fatia do orçamento, destacando-se o Cabo Verde Music Awards (CVMA) e o Kriol Jazz Festival, a nível nacional, e a Cape Verdean Subcommitee nos EUA, a Semana Cultural em Saragoça, na Espanha e a digressão do grupo Ferro Gaita pela Europa, a nível internacional.

Gráfico IX - Patrocínio 2011 por sector de actividades



A Caixa patrocinou, igualmente, diversos artistas residentes no país e no estrangeiro, entre os quais sobressaem Manuel Eloy Évora, Djuta Barros, Gylito e Desirre Fernandes.

Dos Patrocínios, contam, ainda, o Ministério da Cultura, no projecto de implementação da Casa da Cultura, a transmissão do Festival da Baia das Gatas, na TIVER, o lançamento do livro "Aristides Pereira – Minha Vida, nossa história", do jornalista José Vicente, o lançamento do livro infantil "Estórias de Encantar", de Carmelinda Gonçalves, a publicação do livro "A luz dos Eneias", do escritor Janilson Silves e a publicação do livro "Música Migrante em Lisboa: Trajectos Práticas de Músicos Cabo-verdianos", do investigador César Augusto Monteiro.

A nível do desporto, destaca-se o patrocínio ao AMIBASKET, para a escola de formação dos jovens basquetebolistas, à Associação Regional de Ciclismo de Boa Vista, na realização da volta a Boa Vista, ao campeonato de surf e body board no Tarrafal, ao Sporting Clube da Praia, para a época desportiva 2011/ 2012, ao Futebol Clube de Botafogo e ao Cutelinho, ambos do Fogo.

Na área económica destaca-se o patrocínio à AJEC – Associação de Jovens Empresários, para a participação no Congresso de Empreendedores Lusófonos, ao evento Hello Cabo Verde Expo 2011, nos EUA, ao Ministério de Ambiente e Ordenamento do Território para a realização da 3ª Feira Internacional de Construção e Habitação e à Ordem dos Arquitectos na atribuição do Prémio Nacional da Arquitectura.

Na educação, a CAIXA patrocinou o Ministério da Educação na abertura do ano escolar na ilha do Maio, a Escola de Calabaceira na reabilitação e compra de materiais, a FICASE para o pagamento de propinas e transporte escolar, de modo a melhorar as condições de educação dos alunos do Ensino Básico e Secundário em todos os concelhos do país e à Fundação Nha Duquesa, para a compra de viatura para o transporte de estudantes.

A nível da saúde, salienta-se o patrocínio à Revista Pró - Saúde da Região Sanitária do Norte de Santiago.

5. Análise da Rendibilidade

5.1 Resultados do Exercício

Em Dezembro de 2011 a CAIXA alcançou um Resultado do Exercício de 432.678 mil escudos, 53.735 mil escudos superior ao conseguido em 2010, o que representa um crescimento de 14,2%, justificado, essencialmente, pelo acréscimo ocorrido na Margem Financeira, no valor de 104.760 mil escudos (+5,9%). Contribuíram, igualmente, para o aumento do resultado o acréscimo nos Resultados em Empresas e Associadas (5.086 mil escudos, correspondendo a um crescimento de 313,9%) e os decréscimos ocorridos no montante de Impostos Sobre os Lucros (-22,8%, i.e., menos 28.173 mil escudos), no valor das Provisões e Imparidades (-6,2%, i.e., menos 27.715 mil escudos) e no valor das Amortizações (-16,1%, i.e., menos 21.640 mil escudos).

O acrescimento ocorrido na Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário (com um peso de 87,01%), deveu-se ao incremento de 376.377 mil escudos (14,3%) ocorrido nos Juros e Rendimentos Similares, superior ao acréscimo dos Juros e Encargos Similares em 271.617 mil escudos (31,9%).

No entanto, a Margem Complementar registou uma variação desfavorável no período, que foi de 47.580 mil escudos (-14,5%), tendo passado de 327.727 mil escudos, em 2010, para 280.147 mil escudos de 2011. Para tal, contribuíram as variações registadas nas suas diversas componentes. Os

Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas conheceram um decréscimo de 15.181 mil escudos (-10,8%), tendo passado de 140.983 mil escudos, em Dezembro de 2010, para 125.802 mil escudos, em Dezembro de 2011.

Por seu turno, o Resultado Cambial, que em 2010 tinha atingido 128.695 contos, registou, em 2011, 88.766 mil escudos (um decréscimo de31%), devido, especialmente, à forte oscilação do USD e ao desfasamento entre as cotações nacionais e estrangeiras que, em muitas ocasiões, dificultaram a venda do USD.
A rubrica Outros Resultados de Exploração, por sua vez, contribuiu de forma positiva para a Margem complementar, tendo observado um aumento de 7.900 mil escudos (+14,3%), relativamente a 2010.

Nesse círculo, o Produto Bancário conheceu um crescimento de 57.180 mil escudos (+2,7%) em relação a 2010, tendo atingido 2.157.264 mil escudos em Dezembro de 2011.

Por outro lado, o crescimento dos Gastos Administrativos, ao se cifrarem no montante de 86.057 mil escudos, evidenciaram um aumento de 8,5%, absorvendo 51,1% do Produto Bancário. Contribuíram para o agravamento, quer os Gastos Gerais Administrativos com um aumento de 10,3% (51.354 mil escudos), quer os Gastos com o Pessoal, com um incremento de 6,7% (34.703 mil escudos). O agravamento dos Gastos Gerais Administrativos é, em grande medida, explicado pela implementação dos projectos estratégicos em curso.

As Amortizações, que atingiram o valor de 112.995 mil escudos, registaram um decréscimo homólogo de 21.641 mil escudos (-16,1%).

As Provisões e Imparidades Líquidas ascenderam a 420.604 mil escudos e apresentaram uma redução de 27.714 mil escudos (-6,2%), face a 2010. Em consequência, o Resultado de Exploração atingiu 521.420 mil escudos, demonstrando um incremento de 20.478 mil escudos (4,1%).

Os resultados parcelares (Gastos Administrativos, Amortizações e Provisões) conduziram a um acréscimo do *Cash Flow* do Exercício na ordem de 4.380 mil escudos (+0,5%), fixando-se nos 966.276 mil escudos.

Quadro XVI - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Juros e rendimentos similares	2.623.347	2.999.724	376.377	14,3
Juros e encargos similares	850.990	1.122.607	271.617	31,9
Margem Financeira	**1.772.357**	**1.877.117**	**104.760**	**5,9**
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	0
Rendimentos de serviços e comissões (líq.)	140.983	125.802	-15.181	-10,8
Resultados em operações financeiras	128.695	88.766	-39.929	-31,0
Resultados de alienação de activos	2.757	2.387	-370	-13,4
Outros resultados de exploração	55.292	63.192	7.900	14,3
Margem Complementar	**327.727**	**280.147**	**-47.580**	**-14,5**
Produto Bancário	**2.100.084**	**2.157.264**	**57.180**	**2,7**
Gastos com Pessoal	519.704	554.407	34.703	6,7
Gastos Gerais Administrativos	496.484	547.838	51.354	10,3
Gastos Administrativos	**1.016.188**	**1.102.245**	**86.057**	**8,5**
Amortizações	134.636	112.995	-21.641	-16,1
Total Custos Operativos	**1.150.823**	**1.215.240**	**64.416**	**5,6**
Provisões e imparidade (líq.)	448.318	420.604	-27.714	-6,2
Resultado Líq. de Exploração	**500.943**	**521.420**	**20.478**	**4,1**
Resultados em empresas associadas	1.621	6.705	5.084	313,9
Resultado antes de impostos	**502.563**	**528.125**	**25.562**	**5,1**
Impostos correntes	111.866	83.693	-28.173	-25,2
Impostos diferidos	11.755	11.754	0	0,0
Imposto sobre lucros	**123.621**	**95.448**	**-28.173**	**-22,8**
Resultado Líquido	**378.942**	**432.678**	**53.735**	**14,2**
- Cash Flow do Exercício	961.895	966.276	4.380	0,5

5.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem uma evolução positiva da performance da CAIXA em 2011.

A Rendibilidade do Activo (ROA) passou de 1,09%, em 2010, para 1,10%, em 2011, e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE), por sua vez, atingiu os 12,6% em 2011, após ter registado 11,6% em 2010.

O rácio *Cost to Income,* indicador da eficiência da instituição, após ter conhecido uma melhoria em 2010, sofreu um ligeiro agravamento em 2011, tendo passado de 54,8% para 56,3%, justificado pelo aumento dos custos operativos, superior ao aumento do produto bancário, em consequência do desenvolvimento dos projectos estratégicos em curso.

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/Trabalhador, registou, igualmente, uma ligeira deterioração, passando de 8.268 mil escudos para 8.110 mil escudos, até certo ponto, justificado pelo recrutamento de novos colaboradores.

Quadro XVII - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2010	2011
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	11,6	12,6
Resultado do Exercício/ Activo Líquido Médio (ROA) (%)	1,09	1,10
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	29,4	28,1
Cash Flow do Exercício/ Activo Líquido Médio (%)	2,8	2,5
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	54,8	56,3
Produto Bancário/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	8.268	8.110
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	3.787	3.633

5.3 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.244.527 mil escudos, em 2010, para 3.487.109 mil escudos, em 2011, exibindo um crescimento de 242.582 mil escudos (7,48%), em virtude do aumento do Resultado Líquido do Exercício.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 13,51% em Dezembro de 2011, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 3,5% sobre o mínimo exigido. O Rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 189,95%, muito acima do limite definido (100%).

Quadro XVIII - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2010	2011
Fundos Próprios (contos)	3.244.527	3.487.109
Rácio de Solvabilidade	13,56	13,51
Rácio Imobilizado Líquido/ Fundos Próprios	227,14	189,95

5.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que em 2010 somavam os 448.318 mil escudos, registaram 420.604 mil escudos em 2011, traduzindo uma redução de 27.715 mil escudos (-6,2%). As Imparidades de Crédito, que em 2010 ostentavam um peso de 96,8%, em 2011 representaram 98,6% do total, não obstante terem registado um decréscimo de 19.513 mil escudos (-4,5%).

Quadro XIX - Provisões e Imparidades líquidas

Provisões e Imparidade Líquidas	2010		2011		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	434.066	96,8%	414.554	98,6%	-19.513	-4,5%
Imóveis	6.190	1,4%	3.683	0,9%	-2.508	-40,5%
Diversas	8.062	1,8%	2.367	0,6%	-5.694	-70,6%
Total	**448.318**	**100,0%**	**420.604**	**100,0%**	**-27.715**	**-6,2%**

5.5 Créditos e Juros Vencidos

Em 2011, a carteira de crédito evidenciou uma ligeira deterioração, tendo o rácio Crédito Vencido/Credito total passado de 13,13% para 13,17% (um acréscimo de 0,04%), ainda que o acompanhamento dos créditos problemáticos tenha sido realizado de forma sistemática, através de negociações directas com os clientes e do acompanhamento por parte das Agências nas acções de recuperação de crédito.

O rácio de Cobertura de Crédito por Imparidade conheceu, por sua vez, uma melhoria, tendo passado de 50,68%, em 2010, para 53,49%, em 2011.

Quadro XX - Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2010	2011
Créditos e Juros vencidos **	3.467.684	3.806.416
Imparidade para Créditos e Juros vencidos ***	1.757.396	2.035.977
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	13,13%	13,17%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	12,40%	12,50%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos / Créditos e Juros vencidos	50,68%	53,49%
* Com inclusão dos títulos das empresas		

** não inclui as despesas vencidas

*** não inclui imparidade para títulos

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando:

i) que o Resultado Líquido do exercício de 2011 ascendeu ao valor de 432.678 contos;

ii) que a instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

iii) o esforço financeiro que a Caixa está fazer com vista à materialização do seu Plano Estratégico;

iv) a necessidade de a Caixa manter os níveis confortáveis que apresenta actualmente em matéria de rácios prudenciais, nomeadamente, Fundos Próprios, Solvabilidade e Concentração de Risco, condição essencial para a expansão do negócio e, por conseguinte, para a expansão do Balanço nos

próximos anos, que, por seu turno, alavancará o crescimento sólido e estável dos Resultados de Exploração;

v) a prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Reservas legais (10%)	43.267.764$00
Reservas Livres (48,26%)	180.609.873$00
Dividendos (150 CVE por acção)	208.800.000$00
Total	**432.677.637$00**

7. Notas Finais

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2011 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e para a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado;

O Conselho de Administração entende ainda dever expressar o seu reconhecimento especial pelo empenho, esforço e grande dedicação ao serviço da CAIXA demonstrado pelos membros que no decurso do último mandato dos órgãos sociais desempenharam funções na Comissão Executiva, distintamente presidida pelo Senhor Dr. Emanuel Miranda e integrada pelo Senhor Dr. Filinto Santos, pelo Senhor Dr. Paulino Dias e pelo Senhor Eng.º Nuias da Silva.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	(Milhares de Escudos)			
ACTIVO	2010	2011		
	Activo líquido	Activo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.791.318	3.306.285	0	3.306.285
Disponibilidades em outras instit. de crédito	315.138	647.957	0	647.957
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	4.023	200	3.823
Aplicações em instituições de crédito	1.169.958	722.477	0	722.477
Crédito Clientes	28.308.840	36.793.746	2.046.777	34.746.969
Propriedades de investimento	14.439	8.028	3.321	4.707
Outros activos tangíveis	1.321.711	2.537.828	810.762	1.727.066
Activos intangíveis	21.254	239.533	232.897	6.636
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	101.950	104.912	0	104.912
Activos por impostos correntes	9.582	11.127	0	11.127
Activos por impostos diferidos	39.880	26.587	0	26.587
Outros activos	631.312	814.515	32.509	782.006
TOTAL DO ACTIVO	36.729.205	45.217.018	3.126.466	42.090.552

PASSIVO	2010	2011
Recursos de bancos centrais	0	6.942
Recursos de outras instituições de crédito	1.067.393	2.092.907
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.911.402	35.957.992
Provisões	50.002	48.817
Passivos por impostos correntes	111.866	99.047
Passivos por impostos diferidos	4.616	3.077
Outros passivos	258.146	332.112
Capital	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	1.554.838	1.724.980
Resultado do exercício	378.942	432.678
TOTAL DO PASSIVO	33.403.425	38.540.894
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	36.729.205	42.090.552

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2010	2011
Juros e rendimentos similares	2.623.347	2.999.724
Juros e encargos similares	850.990	1.122.607
Margem financeira	**1.772.357**	**1.877.117**
Rendimentos de serviços e comissões	180.831	176.638
Encargos com serviços e comissões	39.848	50.836
Resultados de reavaliação cambial	128.695	88.766
Resultados de alienação de outros activos	2.757	2.387
Outros resultados de exploração	55.292	63.192
Produto bancário	**2.100.084**	**2.157.264**
Custo com pessoal	519.704	554.407
Gastos gerais administrativos	496.484	547.838
Amortizações do exercício	134.636	112.995
Provisões líquidas de reposições e anulações	14.252	6.050
Imparidade outros activo financ. liq. rever. e recup.	434.066	414.554
Resultados em empresas associadas	1.621	6.705
Resultado antes de impostos	**502.563**	**528.125**
Impostos		
Correntes	111.866	83.693
Diferidos	11.755	11.754
Resultados após impostos	**378.942**	**432.678**

O Conselho de Administração:

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

Vice - Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal - Nuías Mendes Barbosa da Silva

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal - Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos fora conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada à actividade da Instituição bancária. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o acompanhamento da actividade da Instituição e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigilância também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela Deloitte & Associados, SROC, SGPS, S.A. e apreciámos o relatório de auditoria, anexo às Contas, com o qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- O Balanço, a Demonstração de Resultados, as variações do Capital Próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação da CAIXA, das alterações no Capital Próprio e dos seus resultados;

- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

- O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da CAIXA evidenciando os aspectos mais significativos;

- A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da CAIXA e as conclusões contantes do Relatório de Auditoria Externa, somos de parecer que:

i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras
iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os Colaboradores da CAIXA com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Praia, 19 de Abril de 2012

O Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. ("Caixa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de mCve. 42.090.552 e capitais próprios de mCve. 3.549.658, incluindo um resultado líquido de mCve. 432.678, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 33).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2011 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004 no montante de mCve. 598.712 (mCve. 485.142 em 31 de Dezembro de 2010). No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questiona a elegibilidade de um conjunto de operações, com base numa amostra de créditos bonificados concedidos desde 1994. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010, não tendo até à data recebido qualquer indicação adicional da DGT. Adicionalmente, até à data deste relatório não recebemos a resposta da DGT ao pedido de confirmação de saldos e outras informações com referência a 31 de Dezembro de 2011. Não obstante o Conselho de Administração da Caixa manter o entendimento que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, face à inexistência de desenvolvimentos concretos em 2011 não nos é possível concluir quanto à integral recuperabilidade do referido saldo de bonificações a receber em 31 de Dezembro de 2011.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 30 de Março de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2011 Activo Bruto	2011 Provisões, imparidade e amortizações	2011 Activo líquido	2010 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	3.306.285	-	3.306.285	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	647.957	-	647.957	315.138
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	(200)	3.823	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6	722.477	-	722.477	1.169.958
Crédito a clientes	7	36.793.746	(2.046.777)	34.746.969	28.308.840
Propriedades de investimento	8	8.028	(3.321)	4.707	14.439
Outros activos tangíveis	9	2.537.828	(810.762)	1.727.066	1.321.711
Activos intangíveis	10	239.533	(232.897)	6.636	21.254
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	104.912	-	104.912	101.950
Activos por impostos correntes	12	11.127	-	11.127	9.582
Activos por impostos diferidos	12	26.587	-	26.587	39.860
Outros activos	13	814.515	(32.509)	782.006	631.312
Total do activo		45.217.018	(3.126.466)	42.090.552	36.729.205

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
Recursos de bancos centrais	14	8.942	-
Recursos de outras instituições de crédito	15	2.092.907	1.067.393
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	35.957.992	31.911.402
Provisões	17	48.817	50.002
Passivos por impostos correntes	12	99.047	111.866
Passivos por impostos diferidos	12	3.077	4.618
Outros passivos	18	332.112	258.146
Total do passivo		38.540.894	33.403.425
Capital	19	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	20	1.724.980	1.554.838
Resultado do exercício	20	432.678	378.942
Total do capital próprio		3.549.658	3.325.780
Total do passivo e do capital próprio		42.090.552	36.729.205

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	21	2.999.724	2.623.347
Juros e encargos similares	22	(1.122.607)	(850.990)
MARGEM FINANCEIRA		1.877.117	1.772.357
Rendimentos de serviços e comissões	23	176.638	180.831
Encargos com serviços e comissões	23	(50.836)	(39.848)
Resultados de reavaliação cambial	24	86.766	128.695
Resultados de alienação de outros activos	25	2.387	2.757
Outros resultados de exploração	26	63.192	55.292
PRODUTO BANCÁRIO		2.157.264	2.100.084
Custos com pessoal	27	(554.407)	(519.704)
Gastos gerais administrativos	28	(547.838)	(496.484)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(112.995)	(134.636)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(6.060)	(14.252)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(414.554)	(434.066)
Resultados em empresas associadas	11	6.705	1.621
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		528.125	502.563
Impostos			
Correntes	12	(83.693)	(111.866)
Diferidos	12	(11.754)	(11.755)
		(95.447)	(123.621)
Resultado e rendimento integral do exercício		432.678	378.942
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.392.000	1.392.000
Resultado por acção		0,31	0,27

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

		Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.392.000	298.205	1.401.658	(177.062)	1.522.801	307.653	3.222.454
Distribuição do resultado do exercício de 2009:							
Incorporação em reservas	-	30.765	1.272	-	32.037	(32.037)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(275.616)	(275.616)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	378.942	378.942
	1.392.000	328.970	1.402.930	(177.062)	1.554.838	378.942	3.325.780
Distribuição do resultado do exercício de 2010:							
Incorporação em reservas	-	37.894	132.248	-	170.142	(170.142)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(208.800)	(208.800)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	432.678	432.678
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.392.000	366.864	1.535.178	(177.062)	1.724.980	432.678	3.549.658

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	3.176.362	2.804.178
Pagamento de juros e comissões	(1.173.443)	(890.838)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	151.958	182.724
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.106.883)	(1.016.188)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(86.930)	(84.932)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	961.064	994.944
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	447.481	(840.427)
Créditos sobre clientes	(6.852.682)	(3.972.825)
Outros activos	(156.744)	(85.617)
	(6.561.945)	(4.898.869)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.032.456	(48.978)
Recuros de clientes	4.046.590	3.797.792
Outros passivos	74.513	(3.914)
	5.153.559	3.744.900
Caixa líquida das actividades operacionais	(1.408.386)	(1.153.969)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.743	(56.853)
Activos intangíveis	(1.901)	(5.872)
Outros activos tangíveis	(500.321)	(312.132)
Propriedades de investimento	-	(116)
Receitas de venda de activos tangíveis	2.387	2.756
Caixa líquida das actividades de investimento	(496.092)	(372.217)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(208.800)	(275.616)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(208.800)	(275.616)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1.152.214)	(806.858)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.106.456	5.913.314
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.954.242	5.106.456

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista (Nota 19).

O capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções, 90% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 29 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Março de 2012, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2011	2010
1 USD	85,697	83,178

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com excepção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de crédito".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou apresentem situações de incumprimento há mais de 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios ou garantidos por estas entidades.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u>

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, a Caixa considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em “Amortizações do exercício” ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem aos impactos da adopção das NIRF.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
IAS 32 – Instrumentos financeiras: apresentação	1-Fev-10	Clarificação do standard ao nível da apresentação entre capital próprio e passivo
EMENDAS:		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas"	1-Jan-13	A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas).
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada em 2009)	1-Jan-15	Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar: a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício; b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas; c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento; d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.
IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos"	1-Jan-13	A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como "joint operation", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como "joint venture", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo.
IFRS 12 – "Divulgações de interesses noutras entidades"	1-Jan-13	A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa.
IFRS 13 – "Mensuração do justo valor"	1-Jan-13	A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o dereconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilistico dos seus ativos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilistico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.
IAS 1 - Emenda ("Presentation of Items of Other Comprehensive Income")	1-Jul-12	As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa	1.462.588	1.681.148
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	1.843.697	3.110.170
	3.306.285	4.791.318

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes até 31 de Dezembro de 2011. A partir de 1 de Janeiro de 2012, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa passará para 18%.

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no país		
. BCA	7.666	5.630
. Ecobank	1.644	913
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	254.676	96.869
. JP Morgan Chase Bank,N.A. NY	156.227	-
. Montepio Geral	67.301	125.214
. Credit Suisse	23.933	16.650
. Den Danske Bank	9.280	714
. Banco Espírito Santo	7.859	1.477
. Banque Nationale de Paris	7.438	1.443
. Caixa Geral de Depósitos	6.611	4.693
. ABN AMRO Bank	3.883	9.211
. Natexis Banques Populaires	3.017	2.393
. Banco Português de Investimento	1.114	1.441
. Commerzbank	-	1.969
. Outras	6.183	10.123
	556.832	278.740
Valores a cobrar:		
Sobre o país	74.851	34.486
Sobre o estrangeiro	15.270	1.098
	90.121	35.584
Outras disponibilidades	1.004	814
	647.957	315.138

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	-	3.823
Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	(200)	-
	4.023	(200)	3.823

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	540.000	500.000
Títulos de intervenção monetária	-	500.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	110.678	110.678
Depósitos a prazo	72.573	60.646
Juros a receber	366	262
Proveitos diferidos	(1.140)	(1.628)
	722.477	1.169.958

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para créditos documentários concedidos por estas entidades a clientes da Caixa. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação do respectivo crédito documentário associado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2011	2010
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	168.871	168.871
Montepio Geral	2.453	2.453
Outros	11.927	-
	183.251	171.324

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	233.437	1.392.544
Empréstimos	611.925	1.584.875
Descobertos em depósitos à ordem	346.637	377.538
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	21.290.751	18.128.434
Outros créditos	1.881.794	777.526
	24.364.544	22.260.917
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	6.451.980	2.251.980
Outros títulos de rendimento fixo	1.539.829	1.539.969
Crédito ao pessoal	728.486	686.618
	33.084.839	26.739.484
Juros a receber	155.342	110.043
Custos diferidos	2.873	3.274
Receitas diferidas	(267.334)	(254.389)
Crédito e juros vencidos	3.818.026	3.477.752
	36.793.746	30.076.164
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(2.046.777)	(1.767.324)
	34.746.969	28.308.840

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública” inclui mCve. 5.656.060 e mCve. 1.456.060, respectivamente, relativos a obrigações e bilhetes do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. Esta rubrica inclui ainda uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, com um montante de subscrição de mCve. 795.920, a reembolsar no prazo de 15 anos a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de

um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a taxa de cupão em vigor é de 3,14% e 2,74%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 4.859.230 e mCve. 8.350, respectivamente (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo" inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2011	2010	Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	176.766	176.766	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.227	630.287	14-06-2027
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	200.000	06-08-2012
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	283.845	283.814	14-09-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	31.252	31.252	05-01-2014
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	50.651	50.791	14-10-2015
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	20.000	19.971	18-02-2014
	1.539.829	1.539.969	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber (titulados)" e juros corridos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011			2010		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	1.079.362	280.178	1.359.540	1.071.213	337.134	1.408.347
Construção e obras públicas	1.182.122	105.994	1.288.116	1.000.101	118.504	1.118.605
Transportes	1.377.420	351.333	1.728.753	871.258	12.326	883.584
Indústria	606.549	105.597	712.146	1.298.928	92.201	1.391.129
Hotelaria	882.991	233.425	1.116.416	809.497	231.758	1.041.255
Energia	964.781	-	964.781	245.669	-	245.669
Outros	2.799.121	183.286	2.982.407	2.677.744	192.345	2.870.089
	8.892.346	1.259.813	10.152.159	7.974.410	984.268	8.958.678
Particulares:						
Habitação	10.174.567	1.409.018	11.583.585	8.367.708	1.332.939	9.700.647
Outros	6.026.117	1.149.195	7.175.312	6.605.417	1.160.545	7.765.962
	16.200.684	2.558.213	18.758.897	14.973.125	2.493.484	17.466.609
	25.093.030	3.818.026	28.911.056	22.947.535	3.477.752	26.425.287

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é apresentado como se segue:

	2011					
	Saldo em 31-12-2010				Saldo em 31-12-2011	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	12.750	-	-	(9.702)	3.048	-
Imóveis	4.980	(3.291)	(30)	-	4.980	(3.321)
	17.730	(3.291)	(30)	(9.702)	8.028	(3.321)

	2010					
	Saldo em 31-12-2009				Saldo em 31-12-2010	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Regulari-zações	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	12.750	-	-	-	12.750	-
Imóveis	4.980	(3.377)	(30)	116	4.980	(3.291)
	17.730	(3.377)	(30)	116	17.730	(3.291)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as propriedades de investimento apresentavam o seguinte justo valor:

	Valor líquido		Valor de avaliação
	2011	2010	
Terrenos	3.048	12.750	12.398
Edifícios	1.659	1.689	11.000
	4.707	14.439	23.398

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 2011, as transferências correspondem a 2 terrenos que foram transferidos para a rubrica de "Activos tangíveis", por cessação dos respectivos contratos de arrendamento.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 131 e mCve. 128, respectivamente (Nota 26).

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros Activos Tangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

2011	Saldos em 31-12-2010			Abates					Saldos em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Regulari-zações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	256.837	(51.105)	35.917	-	-	(6.201)	249.710	51	542.515	(57.306)	485.209
Obras em edifícios arrendados	45.349	(23.303)	-	-	-	(2.656)	-	(52)	45.297	(25.959)	19.338
Património artístico	1.439	-	-	-	-	-	1.453	-	2.892	-	2.892
Equipamento:											
Mobiliário e material	121.174	(85.667)	1.145	-	-	(10.350)	25.254	(76)	147.497	(96.017)	51.480
Máquinas e ferramentas	206.852	(139.726)	3.593	-	-	(24.211)	10.780	-	221.225	(163.937)	57.288
Equipamento informático	274.806	(226.792)	11.321	-	-	(23.145)	7.291	29	293.447	(249.937)	43.510
Instalações interiores	119.079	(94.871)	3.396	-	-	(10.489)	-	75	122.550	(105.360)	17.190
Material de transporte	112.135	(62.585)	6.176	(3.134)	1.481	(13.043)	-	-	115.177	(74.147)	41.030
Equipamento de segurança	54.323	(29.166)	2.938	-	-	(5.960)	1.340	-	58.601	(35.126)	23.475
Outro equipamento	4.014	(2.581)	105	-	-	(392)	-	-	4.119	(2.973)	1.146
	1.196.008	(715.796)	64.591	(3.134)	1.481	(96.447)	295.828	27	1.553.320	(810.762)	742.558
Imoblilizado em curso	841.499	-	430.085	(35)	-	-	(287.002)	(39)	984.508	-	984.508
	2.037.507	(715.796)	494.676	(3.169)	1.481	(96.447)	8.826	(12)	2.537.828	(810.762)	1.727.066

2010	Saldos em 31-12-2009			Abates					Saldos em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Regulari-zações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	245.835	(37.706)	-	-	-	(3.836)	11.002	(9.563)	256.837	(51.105)	205.732
Obras em edifícios arrendados	56.312	(30.269)	39	-	-	(2.655)	(11.002)	9.621	45.349	(23.303)	22.046
Património artístico	1.439	-	-	-	-	-	-	-	1.439	-	1.439
Equipamento:											
Mobiliário e material	119.029	(76.247)	1.687	-	-	(9.420)	458	-	121.174	(85.667)	35.507
Máquinas e ferramentas	196.111	(116.627)	8.337	-	-	(23.099)	2.404	-	206.852	(139.726)	67.126
Equipamento informático	273.621	(193.824)	1.185	-	-	(32.968)	-	-	274.806	(226.792)	48.014
Instalações interiores	113.824	(83.650)	5.255	-	-	(11.221)	-	-	119.079	(94.871)	24.208
Material de transporte	116.194	(49.853)	780	(4.839)	2.403	(15.135)	-	-	112.135	(62.585)	49.550
Equipamento de segurança	46.753	(24.632)	7.167	-	-	(4.534)	403	-	54.323	(29.166)	25.157
Outro equipamento	3.701	(2.187)	153	(24)	-	(394)	184	-	4.014	(2.581)	1.433
	1.172.819	(614.995)	24.603	(4.863)	2.403	(103.262)	3.449	58	1.196.008	(715.796)	480.212
Imoblilizado em curso	555.047	-	289.901	-	-	-	(3.449)	-	841.499	-	841.499
	1.727.866	(614.995)	314.504	(4.863)	2.403	(103.262)	-	58	2.037.507	(715.796)	1.321.711

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Imobilizado em Curso" inclui mCve. 913.982 e mCve. 599.439, respectivamente, relativos a despesas com a construção da nova sede social na cidade da Praia. Inclui ainda valores relativos a obras em curso em agências.

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011							
	Saldos em 31-12-2010					Saldos em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	237.633	(216.379)	1.024	(16.518)	876	239.533	(232.897)	6.636

	2010						
	Saldos em 31-12-2009				Saldos em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	231.761	(185.035)	5.872	(31.344)	237.633	(216.379)	21.254

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2011					2010				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
Novo Banco, S.A.	20,00%	60.000	55.912	31-12-2010	188.445	(5.409)	41.411	60.000	n.d	n.d	n.d	n.d
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SAF	10,00%	10.000	41.605	31-12-2011[1]	569.004	86.115	416.041	33.589	31-12-2010	619.157	62.390	367.361
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12.500	7.395	31-12-2010	305.191	(20.442)	279.558	8.361	31-12-2009	188.445	(15.014)	46.820
		82.500	104.912					101.950				

n.d. - não disponível
[1] Demonstrações financeiras provisórias

A Caixa classificou as participações na Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. e SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL, como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da Imotur e da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Em Outubro de 2010, a Caixa subscreveu 20% do capital social do Novo Banco. Trata-se de um Banco com objectivos de financiamento às classes mais baixas da população, sobretudo através da concessão de micro-crédito ou através do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's). O Novo Banco iniciou a sua actividade em Dezembro de 2010.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2011 e 2010 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	Imotur	SISP	Novo Banco	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	8.660	34.816	-	43.476
Subscrição de capital do Novo Banco	-	-	60.000	60.000
Dividendos	-	(3.147)	-	(3.147)
Resultados em associadas	(299)	1.920	-	1.621
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	8.361	33.589	60.000	101.950
Dividendos	-	(3.743)	-	(3.743)
Resultados em associadas	(966)	11.759	(4.088)	6.705
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	7.395	41.605	55.912	104.912

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo dos "Resultados em associadas – SISP" inclui mCve. 3.148 relativos a um acerto ao resultado incorporado no exercício anterior.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
Activos por impostos correntes		
. Retenções na fonte do exercício	11.127	9.582
Passivos por impostos correntes		
. Imposto imputado de 2010	(111.866)	(111.866)
. Pagamentos por conta do imposto imputado de 2010	86.930	-
. Retenções na fonte de 2011	9.582	-
. Imposto imputado de 2011	(83.693)	-
	(99.047)	(111.866)
	(87.920)	(102.284)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	26.587	39.880
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(3.077)	(4.616)
	23.510	35.264

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011		
	Saldo em 31.12.2010	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2011
Ajustamentos de conversão para as NIRF	35.264	(11.754)	23.510

	2010		
	Saldo em 31.12.2009	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2010
Ajustamentos de conversão para as NIRF	47.019	(11.755)	35.264

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		528.125		502.563
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	134.672	25,5%	128.154
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(7,64%)	(40.349)	(0,67%)	(3.363)
. Outros	(0,36%)	(1.889)	(0,65%)	(3.256)
Encargos não aceites fiscalmente	0,57%	3.013	0,42%	2.086
Imposto sobre lucro do exercício	18,07%	95.447	24,60%	123.621

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação.

Em Agosto de 2009, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. Durante o exercício de 2010, a liquidação adicional foi estipulada em mCve. 8.923, tendo a Caixa procedido à respectiva liquidação e utilizado a provisão que se encontrava constituída. O excesso de provisão no valor de mCve. 1.098 foi revertido no exercício (Nota 17).

Em Setembro de 2010, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 27.683 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009, a qual contestou. Ainda durante o exercício de 2010, na sequência da contestação apresentada a DGCI determinou um valor de imposto adicional a pagar de mCve. 3.870, tendo concordado com a Caixa relativamente ao restante. A Caixa procedeu à sua liquidação e utilizou a provisão constituída durante o exercício de 2010 (Nota 17).

Em Dezembro de 2010, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 5.330 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento (Empresas não residentes e rendimentos prediais) relativo ao exercício de 2005, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo

pela Direcção Geral de Impostos. A Caixa registou uma provisão de mCVe. 119 referente apenas ao IUR – Rendimentos prediais (Nota 17).

Em Setembro de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI, relativa a uma liquidação adicional no montante de mCve. 59.380 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2010, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Novembro de 2011, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.696 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Relativamente às notificações recebidas durante 2011, a Caixa considera que a DGCI irá concluir favoravelmente à Caixa após análise da contestação apresentada, pelo que não efectuou a liquidação nem provisionou os montantes em causa.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 48.817 e mCve 50.002, respectivamente (Nota 17).

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2011.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Outros activos:		
Bens arrematados	14.159	14.789
Numismática e medalhística	126	360
Devedores:		
Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	598.712	485.142
Fundo Micro-Crédito (Nota 18)	53.725	54.127
Devedores diversos	109.327	64.877
Devedores por remessas cambiais	22.009	25.761
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	1.178	3.479
Outros	-	368
Operações activas a regularizar	15.279	8.868
	814.515	657.771
Imparidade de Outros Activos (Nota 17)	(32.509)	(26.459)
	782.006	631.312

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

	2011			2010		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
2004	1.924	(1.924)	-	1.924	(1.924)	-
2007	3.161	(2.371)	790	3.791	(1.417)	2.374
2008	3.324	(1.662)	1.662	3.324	(151)	3.173
2009	5.750	(1.438)	4.312	5.750	(535)	5.215
	14.159	(7.395)	6.764	14.789	(4.027)	10.762

Nos exercícios de 2011 e 2010, as mais valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 1.685 e mCve. 4.813, respectivamente (Nota 25).

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Devedores – Fundo Micro Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Devedores diversos” respeita a montantes de adiantamentos realizados a fornecedores de Imobilizado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica corresponde ao valor a pagar por insuficiência de disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Cabo Verde relativa ao período compreendido entre 16 e 31 de Dezembro de 2011.

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem:		
De instituições de crédito no país	110.191	80.193
	110.191	80.193
Depósitos a prazo:		
De instituições de crédito no país	250.000	482.969
	250.000	482.969
Empréstimos obtidos:		
De instituições de crédito no país	1.388.047	-
De organismos financeiros internacionais	286.689	484.836
Outros	38.669	7.586
	1.713.405	492.422
Juros:		
De depósitos	12.821	10.465
De empréstimos obtidos	6.490	1.343
	19.311	11.809
	2.092.907	1.067.393

Em 14 de Novembro de 2010, a Caixa contraiu junto do Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat um financiamento no valor de 2.600.000 Euros (mCve. 286.689). Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa e tem data de vencimento em 17 de Fevereiro de 2012.

Em 14 de Outubro de 2005, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa tinha esta linha utilizada em 1.896.998 Euros (mCve. 209.173), tendo reembolsado o montante remanescente no exercício de 2011.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011	2010
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	4.733.710	4.308.937
Depósitos à vista:		
De residentes	6.673.953	9.572.374
De emigrantes	639.992	602.060
	7.313.945	10.174.434
Depósitos a prazo:		
De residentes	9.191.582	8.833.956
De emigrantes	9.098.062	8.125.577
	18.289.644	16.959.533
Outros recursos:		
Empréstimos obtidos de residentes	338.333	50.000
Cheques e ordens a pagar	(18.796)	10.734
Títulos cedidos com acordo de recompra (Nota 7)	4.859.230	8.350
	5.178.767	69.084
Juros:		
De depósitos	383.413	398.433
De empréstimos obtidos de residentes	5.449	639
De títulos cedidos com acordo de recompra	52.980	342
De empresas privadas	84	-
	441.926	399.414
	35.957.992	31.911.402

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria.

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	2011					
	Saldos em 31.12.2010	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe--rências	Saldos em 31.12.2011	Recuperações de imparidade
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.767.324	458.993	(179.540)	-	2.046.777	(44.439)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	26.459	6.050	(1.185)	1.185	32.509	
	1.793.983	465.043	(180.725)	1.185	2.079.486	(44.439)
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	50.002	-	-	(1.185)	48.817	
	1.843.985	465.043	(180.725)	-	2.128.303	(44.439)

	2010					
	Saldos em 31.12.2009	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe--rências	Saldos em 31.12.2010	Recuperações de imparidade
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.485.102	507.118	(211.880)	(13.016)	1.767.324	(73.052)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	2.732	11.361	(650)	13.016	26.459	-
	1.488.034	518.479	(212.530)	-	1.793.983	(73.052)
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	59.904	2.891	(12.793)	-	50.002	-
	1.547.938	521.370	(225.323)	-	1.843.985	(73.052)

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011	2010
Recursos		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	53.725	54.127
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	36.151	48.260
Outros	3.088	3.097
Custos com pessoal:		
Subsídio de férias	50.949	51.083
Prémio de produtividade (Nota 27)	29.729	27.225
Subsídio de falha	11.785	-
Outros custos administrativos:		
Água, gás e electricidade	8.314	11.464
Comissões a pagar - Western Union	9.383	5.486
Comunicações	6.679	4.432
Encargos com ATM	20.241	-
Taxa anual de manutenção de acções	3.250	-
Outros	52.477	28.383
Receitas com proveito diferido:		
De operações extrapatrimoniais	1.022	2.451
Outras contas de regularização	45.319	22.138
	332.112	258.146

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui mCve. 5.907 e mCve. 5.252, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados. Adicionalmente, o saldo remanescente desta rubrica é composto essencialmente por valores a regularizar com bancos e clientes que correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

	2011		2010	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	168.032	12,1%	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	183.357	13,2%	183.357	13,2%
	1.392.000	100,00%	1.392.000	100,00%

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2011	2010
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	366.865	328.970
. Outras reservas	1.535.177	1.402.930
. Resultados transitados	(177.062)	(177.062)
	1.724.980	1.554.838
Lucro do exercício	432.678	378.942
	2.157.658	1.933.780

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Na reunião de Assembleia Geral realizada em 26 de Março de 2011, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 208.800 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 37.894 e mCve. 132.248, respectivamente.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2.343.051	2.114.908
Recuperação de juros anulados	188.119	215.112
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	234.574	80.478
Outros títulos de rendimento fixo	93.053	73.485
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	4.645	5.152
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.843	2.230
Outros juros e rendimentos similares	484	655
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	132.955	131.328
	2.999.724	2.623.347

Nos exercícios de 2011 e 2010, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 158.233 e mCve. 5.606, respectivamente (Nota 22).

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos de poupança		
Cadernetas	50.987	64.852
Depósitos à ordem		
De emigrantes	9.202	7.727
De residentes	10	29
Depósitos a prazo		
De residentes	411.424	364.412
De emigrantes	372.796	330.256
Empréstimos		
De residentes	90.313	43.367
De não residentes	11.618	10.323
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro (Nota 21)	158.233	5.606
Juros anulados de crédito de clientes		
Crédito interno	17.485	23.248
Outros	539	1.171
	1.122.607	850.990

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011	2010
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	61.759	57.097
Comissões sobre operações cambiais	47.398	49.595
Garantias e avales prestados	16.393	19.233
Comissões de manutenção de contas	14.001	13.204
Comissões VISA	5.930	4.315
Créditos documentários	5.557	5.838
Outros serviços bancários prestados	12.987	11.789
Outras comissões	12.613	19.760
	176.638	180.831
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(14.069)	(11.963)
Comissões VISA	(9.001)	(6.175)
Outras comissões e encargos	(27.766)	(21.710)
	(50.836)	(39.848)

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011			2010		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	176.700	(124.262)	52.438	168.618	(78.488)	90.130
Resultados em notas e moedas	146.734	(110.406)	36.328	115.282	(76.717)	38.565
	323.434	(234.668)	88.766	283.900	(155.205)	128.695

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	702	(2.056)
Ganhos e perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda	1.685	4.813
	2.387	2.757

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	52.751	44.085
Cartões de crédito	3.508	3.301
Venda de cheques e cadernetas	8.363	8.106
Locação de imóveis (Nota 8)	131	128
Outros proveitos de exploração	15.791	13.365
	80.544	68.985
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(6.420)	(4.930)
Donativos	(5.626)	(4.911)
Quotizações	(389)	(77)
Outros	(4.917)	(3.775)
	(17.352)	(13.693)
	63.192	55.292

27. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações de empregados	420.808	387.247
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	27.162	25.570
Encargos sociais		
Previdência social	61.508	56.050
Despesas médicas	4.240	4.136
Outros	5.357	4.667
Prémios de produtividade (Nota 18)	29.729	27.225
Outros	5.603	14.809
	554.407	519.704

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2011	2010
Administradores executivos	3	1
Direcção Geral e Coordenação	16	15
Gerência e chefias	37	34
Técnicos	110	71
Administrativos	94	124
Apoio Geral e auxiliar	21	18
	281	263

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os números apresentados acima incluem 47 e 49 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços especializados	146.889	140.126
Encargos com ATM	112.865	96.977
Publicidade	67.537	55.937
Água, gás e electricidade	43.507	42.870
Deslocações, estadas e representação	44.018	38.484
Comunicações	37.497	31.910
Rendas e alugueres	20.426	18.319
Seguros	20.291	14.890
Conservação e reparação	15.975	11.968
Combustíveis	10.662	10.144
Encargos com formação do pessoal	7.569	8.216
Contencioso e notariado	571	470
Material informático	535	129
Outros	19.496	26.044
	547.838	496.484

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011	2010
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	333.072	602.051
Créditos documentários abertos	146.149	96.060
	479.221	698.111
Depósito e guarda de valores	5.365.689	5.281.796
	5.844.910	5.979.906

30. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	301.800	2.697.924	2.999.724
Juros e encargos similares	-	(1.122.607)	(1.122.607)
MARGEM FINANCEIRA	301.800	1.575.317	1.877.117
Rendimentos com serviços e comissões	-	176.638	176.638
Encargos com serviços e comissões	-	(50.836)	(50.836)
Resultados de reavaliação cambial	-	88.766	88.766
Resultados de alienação de outros activos	702	1.685	2.387
Outros resultados de exploração	63.192	-	63.192
PRODUTO BANCÁRIO	365.694	1.791.570	2.157.264
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(413.899)
	365.694	1.791.570	1.743.365
Outros custos e proveitos	-	-	(1.310.687)
Resultado líquido do exercício			**432.678**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	3.306.311	3.306.311
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	647.957	647.957
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	538.860	183.617	722.477
Crédito a Clientes	7.991.810	28.801.936	36.793.746
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(2.086.963)	(2.086.963)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(338.333)	(35.619.659)	(35.957.992)

	2010		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	158.246	2.465.101	2.623.347
Juros e encargos similares	-	(850.990)	(850.990)
MARGEM FINANCEIRA	158.246	1.614.111	1.772.357
Rendimentos com serviços e comissões	-	180.831	180.831
Encargos com serviços e comissões	-	(39.848)	(39.848)
Resultados de reavaliação cambial	-	128.695	128.695
Resultados de alienação de outros activos	2.757	-	2.757
Outros resultados de exploração	55.292	-	55.292
PRODUTO BANCÁRIO	216.295	1.883.789	2.100.084
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	(448.318)	(448.318)
	216.295	1.435.471	1.651.766
Outros custos e proveitos			(1.272.824)
Resultado líquido do exercício			**378.942**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	4.791.318	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	315.138	315.138
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	998.372	171.586	1.169.958
Crédito a Clientes	3.791.949	26.284.215	30.076.164
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	1.067.393	1.067.393
Recursos de Clientes e outros empréstimos	50.000	31.861.402	31.911.402

A totalidade da actividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2011			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	540.000	-	-	
Crédito a clientes	6.451.980	-	-	181.881
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	104.912
Imparidade	-	-	-	(26.471)
Outros activos	598.712	-	-	
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	338.333	300.545	1.470
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	8.847.923	-	-
Empréstimos obtidos	-	-	-	60.000
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	300.987	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	173.529	12.781	-

	2010			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	1.000.000	-	-	-
Crédito a clientes	2.251.980	-	-	186.249
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	103.323
Outros activos	485.142	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	255.819	252.795
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.908.114	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	85.629	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	127.060	9.937	493

Órgãos de gestão

Em 2011, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 27.162 (mCve. 25.570 no exercício de 2010) (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.973 e mCve. 1.616, respectivamente.

32. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2011						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.306.285	-	-	-	-	-	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	647.957	-	-	-	-	-	647.957
Aplicações em instituições de crédito	551.153	717	62.382	-	108.225	-	722.477
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.391.271	2.277.530	2.899.204	10.365.456	15.654.563	4.205.722	36.793.746
	5.896.666	2.278.247	2.961.586	10.365.456	15.762.788	4.205.722	41.470.465
Passivo:							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	(12.886)	(12.886)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.748.668)	(287.235)	(51.060)	-	-	-	(2.086.963)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14.580.021)	(4.644.088)	(12.298.434)	(4.149.201)	(304.959)	18.711	(35.957.992)
	(16.328.689)	(4.931.323)	(12.349.494)	(4.149.201)	(304.959)	5.825	(38.057.841)
Diferencial	(10.432.023)	(2.653.076)	(9.387.908)	6.216.255	15.457.829	4.211.547	3.412.624

	2010						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.791.318	-	-	-	-	-	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	315.138	-	-	-	-	-	315.138
Aplicações em instituições de crédito	998.373	718	62.584	-	108.283	-	1.169.958
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.253.676	872.308	3.569.386	9.134.961	11.898.369	3.347.464	30.076.164
	7.358.505	873.026	3.631.970	9.134.961	12.006.652	3.347.464	36.352.578
Passivo:							
Recursos de outras instituições de crédito	(796.411)	-	(50.000)	-	(209.173)	(11.809)	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17.698.370)	(2.575.524)	(10.368.510)	(848.789)	(10.000)	(410.209)	(31.911.402)
	(18.494.781)	(2.575.524)	(10.418.510)	(848.789)	(219.173)	(422.018)	(32.978.795)
Diferencial	(11.136.276)	(1.702.498)	(6.786.540)	8.286.172	11.787.479	2.925.446	3.373.783

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna “Indeterminado” inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a optimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2011	2010
Aplicações em instituições de crédito	722.477	1.169.958
Crédito a clientes	34.746.969	28.308.840
	35.469.446	29.478.798
Garantias e avales	333.072	602.051
Créditos documentários abertos	146.149	96.060
	479.221	698.111
Exposição máxima	35.948.667	30.176.909

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	8.837.364	180.025	1.185.484	10.202.873
Vencido	4.305	16.356	497.207	517.868
	8.841.669	196.381	1.682.691	10.720.741
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	450.607	23.007	728	474.342
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	8.994.257	378.447	960.559	10.333.263
Vencido	668	3.295	129.813	133.776
	8.994.925	381.742	1.090.372	10.467.039
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.972.328	145.505	209.833	5.327.666
Vencido	-	13.428	172.963	186.391
	4.972.328	158.933	382.796	5.514.057
Outros créditos				
Vincendo	930.583	8.192	219.706	1.158.481
Vencido	3.644	2.148	54.147	59.939
	934.227	10.340	273.853	1.218.420
Garantias prestadas				
Vincendo	4.880	-	-	4.880
Sector Público				
Vincendo	989.967	-	-	989.967
Vencido	-	-	831	831
	989.967	-	831	990.798
Total crédito vincendo	25.179.986	735.176	2.576.310	28.491.472
Total crédito vencido	8.617	35.227	854.961	898.805
Total de crédito	25.188.603	770.403	3.431.271	29.390.277

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.072.498	47.703	746.319	7.866.520
Vencido	10.227	21.009	287.129	318.365
	7.082.725	68.712	1.033.448	8.184.885
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	593.899	19.006	2.714	615.619
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	8.027.763	312.301	1.007.311	9.347.375
Vencido	53	3.135	118.536	121.724
	8.027.816	315.436	1.125.847	9.469.099
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.770.528	131.416	287.092	5.189.036
Vencido	-	12.334	176.615	188.949
	4.770.528	143.750	463.707	5.377.985
Pequenos negócios				
Vincendo	1.072.319	79.472	193.369	1.345.160
Vencido	12.620	4.727	111.858	129.205
	1.084.939	84.199	305.227	1.474.365
Outros créditos				
Vincendo	910.319	14.259	153.993	1.078.571
Vencido	640	3.159	51.870	55.669
	910.959	17.418	205.863	1.134.240
Garantias prestadas				
Vincendo	82.492	-	-	82.492
Sector Público				
Vincendo	783.862	-	-	783.862
Vencido	-	20	831	851
	783.862	20	831	784.713
Total crédito vincendo	23.313.680	604.157	2.390.798	26.308.635
Total crédito vencido	23.540	44.384	746.839	814.763
Total de crédito	23.337.220	648.541	3.137.637	27.123.398

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"

- Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;

- Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo de crédito aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.642.019 e mCve. 2.250.303, respectivamente, ascendendo a imparidade a mCve. 623.297 e mCve. 602.566, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

	2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.306.285	3.306.285	-	-	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	647.957	647.957	-	-	647.957
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	722.477	722.477	-	-	722.477
Crédito a clientes	30.541.246	29.285.015	(1.256.231)	4.205.723	34.746.969
	35.221.788	33.965.557	(1.256.231)	4.205.723	39.427.511
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	(12.886)	(12.886)	-	-	(12.886)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.086.963)	(2.112.223)	(25.260)	-	(2.086.963)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(35.957.992)	(35.759.761)	198.231	-	(35.957.992)
	(38.057.841)	(37.884.870)	172.971	-	(38.057.841)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.791.318	4.791.318	-	-	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	315.138	315.138	-	-	315.138
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	1.169.958	1.169.958	-	-	1.169.958
Crédito a clientes	23.520.897	22.507.361	(1.013.536)	4.787.943	28.308.840
	29.801.134	28.787.598	(1.013.536)	4.787.943	34.589.077
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.067.393)	(1.089.253)	(21.860)	-	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(31.911.402)	(31.725.478)	185.924	-	(31.911.402)
	(32.978.795)	(32.814.731)	164.064	-	(32.978.795)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	560.949	267.186	130.071	(126.588)	(246.867)	(446.809)
Total activo sensível	560.949	267.186	130.071	(126.588)	(246.867)	(446.809)
Recursos de outras instituições de crédito	3.739	4.905	5.489	6.655	7.239	8.405
Total passivo sensível	3.739	4.905	5.489	6.655	7.239	8.405
Total Ganho / (Perda)	557.210	262.281	124.582	(133.243)	(254.106)	(455.214)

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	506.406	246.675	125.430	(101.549)	(207.899)	(397.134)
Total activo sensível	506.406	246.675	125.430	(101.549)	(207.899)	(397.134)
Recursos de outras instituições de crédito	(21.361)	(11.148)	(6.311)	2.865	7.218	15.485
Total passivo sensível	(21.361)	(11.148)	(6.311)	2.865	7.218	15.485
Total Ganho / (Perda)	527.767	257.823	131.741	(104.414)	(215.117)	(412.619)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2011	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825
Exercício de 2010	(42.490)	(21.245)	(10.623)	10.623	21.245	42.490

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve. 18.794.767 e mCve. 16.715.148, respectivamente.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2011				
	Moeda				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	Total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.288.403	677.376	203.466	137.040	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84.161	46.970	458.062	58.764	647.957
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	539.226	183.251	-	-	722.477
Crédito a clientes (saldo líquido)	34.305.899	441.069	1	-	34.746.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	104.912	-	-	-	104.912
Outros activos	759.988	20.349	886	783	782.006
	38.082.589	1.372.838	662.415	196.587	40.314.429
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	(12.886)	-	-	-	(12.886)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.075.069)	(7.605)	(4.289)	-	(2.086.963)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(34.938.148)	(426.002)	(592.036)	(1.806)	(35.957.992)
Outros passivos	(331.796)	(310)	(4)	(2)	(332.112)
	(37.357.899)	(433.917)	(596.329)	(1.808)	(38.389.953)
Exposição líquida	724.690	938.921	66.086	194.779	1.924.476

	2010				
	Moeda				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	Total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.634.391	921.344	173.388	62.195	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41.029	33.965	194.175	45.969	315.138
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	998.634	171.324	-	-	1.169.958
Crédito a clientes (saldo líquido)	27.867.771	441.068	1	-	28.308.840
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	101.950	-	-	-	101.950
Outros activos	605.552	20.899	3.790	1.071	631.312
	33.249.327	1.592.423	371.354	109.235	35.322.339
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(570.817)	(492.421)	(4.155)	-	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(31.098.656)	(394.587)	(415.253)	(2.906)	(31.911.402)
Outros passivos	(257.923)	(219)	(4)	-	(258.146)
	(31.927.396)	(887.227)	(419.412)	(2.906)	(33.236.941)
Exposição líquida	1.321.931	705.196	(48.058)	106.329	2.085.398

33. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso BCV nº 3/2007 de 19 de Novembro "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso BCV nº 3/2007 define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes;
- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Dividendos	Div./RL	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2011	208.800	48,3%	3.487.109	13,51%	189,95%
2010	208.800	55,0%	3.224.527	13,56%	227,10%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)